



ADVERTÊNCIA

O Município de Pedreira/SP, **ADVERTE**, à todas as licitantes interessadas, que não está hesitando em penalizar pessoas jurídicas que descumpram com o pactuado.

Vale observar também que esse processo não se trata de "Sistema de Registro de Preços", onde decorrerá do mesmo instrumento de contrato.

Portanto, as pessoas jurídicas interessadas na participação desta licitação deverão apresentar durante a sessão suas propostas e lances de forma clara e consciente, com a certeza de que poderão cumprir com o fornecimento do objeto, da forma como foi determinado em edital e seus anexos e dentro do(s) prazo(s), preço(s) e padrão(ões) de qualidade exigido(s).

Ratificamos então, para que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, evitando redução de preço se não tiver a plena certeza do cumprimento integral com o pactuado, visando evitar problemas futuros, tanto para o Município como para as contratadas.

Os valores médios a serem considerados são os constantes no Termo de Referência e no Edital.

Para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico foram adotados os códigos do "Catálogo Compras Gov.br" mais semelhantes aos descritos no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição e a unidade de fornecimento do objeto existente neste Edital (Anexo I) e a utilizada pelo Sistema Compras.gov.br, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.

INDÍCIO DE INEXEQUIBILIDADE

Conforme disposto no subitem 7.8 do edital, sobre indícios de inexecução da proposta de preços, de acordo com o Decreto Municipal nº 4.193/2025, inciso I do artigo 1º: "*No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas, a ser constatada por meio de diligência: I – oferta de proposta com valores iguais ou inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração*". Diante disso, informamos que, caso venha a ocorrer de um ou mais itens apresentarem valor abaixo desse percentual, a **comprovação se dará mediante apresentação de planilha de composição de custos, e conforme consta no Decreto em epígrafe.**

Bruno Henrique de Almeida
CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO – LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 – OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTÍNUOS – PARTICIPAÇÃO RESTRITA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 08/2026

PROCESSO LICITATÓRIO: 10/2026

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP – UASG: 986843

OBJETO: CONTRATAÇÃO(ÇÕES) DE PESSOA(AS) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGENS, DESMONTAGENS E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURA DE PALCOS, CAMARINS EM OCTANORM, ILUMINAÇÃO, SONORIZAÇÃO, TENDAS, GRADIS, BANHEIROS QUÍMICOS, PAINEL EM LED, PLATAFORMA ELEVATÓRIA TIPO TESOURA E GRUPO MOTOGERADOR PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO “A PAIXÃO DE CRISTO 2026”, EM ATENDIMENTO ÀS ODS 8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO E 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES - PLANO MUNICIPAL DE CULTURA E TAMBÉM AO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 271.976,12

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/03/2026 ÀS 9H

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR - <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 10/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP**, por meio da **DIVISÃO DE LICITAÇÕES**, sediado na Praça Epitácio Pessoa, nº 03 – Centro – Pedreira – Estado de São Paulo - CEP 13.920-013, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação(ções) de pessoa(as) jurídica(s) para serviços de locação, execução, instalação, operação, montagens, desmontagens e manutenção de estrutura de palcos, camarins em octanorm, iluminação, sonorização, tendas, gradis, banheiros químicos, painel em LED, plataforma elevatória tipo tesoura e grupo motogerador para a realização do evento “A Paixão de Cristo 2026”, em atendimento às ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico e 10 - Redução das Desigualdades - Plano Municipal de Cultura e também ao Plano Municipal de Cultura.**

1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.3. **Para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico foi adotado o código do “Catálogo Compras Gov.br” mais semelhante ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição e a unidade de fornecimento do objeto existente neste Edital (Anexo I) e a utilizada pelo Sistema Compras.gov.br, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. **Para todos os lotes, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**



2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

2.7.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada,



inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.10. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a **proposta com o preço global de cada lote**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. Considerando que todos os lotes são exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.



4.8. A falsidade da declaração de que trata o item 3.3. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. A aplicação dos intervalos mínimos de diferença de valores entre os lances, que incidirão tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.13. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor(es) global(is) do(s) lote(s);

5.1.2. **Observação: Visto se tratar de serviços, caso o sistema solicite Marca e/ou Fabricante, incluir a informação: “própria”, ou outra informação, desde que não identifique a licitante.**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.9. Considerando que o critério de julgamento é o de menor preço, os licitantes devem respeitar o preço máximo previsto no Termo de Referência.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.



6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total de cada lote.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance no valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme tabela demonstrativa abaixo:

LOTES	QTDES	UNIDS	DESCRIÇÕES	REDUÇÕES MÍNIMAS
01	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PALCOS (TABLADOS) .	R\$ 49,76
02	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE 02 (DOIS) CAMARINS EM OCTANORM .	R\$ 23,13
03	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ILUMINAÇÃO .	R\$ 56,93
04	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE SONORIZAÇÃO .	R\$ 42,43
05	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TENDAS DE APOIO .	R\$ 6,40
06	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE GRADIL .	R\$ 3,27
07	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE 04 (QUATRO) BANHEIROS QUÍMICOS , SENDO 02 MASCULINOS, 02 FEMININOS.	R\$ 4,20
08	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TELÃO EM LED .	R\$ 53,20
09	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA TIPO TESOURA .	R\$ 10,36
10	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE GRUPO MOTOGERADOR .	R\$ 22,26



6.9. **O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.**

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Considerando que foi adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.2. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.3. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



6.18.4. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.18.5. Desenvolvimento do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.18.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.6.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.6.2. Empresas brasileiras;

6.18.6.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.6.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O(A) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado para que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada (nos moldes do Anexo II do edital), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.4.1. Na hipótese de valor(es) final(is) após a fase de lances restar(em) inferior(res) a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, o(a) pregoeiro(a) realizará os procedimentos necessários referentes a indícios de inexecutabilidade de preços, os quais encontram-se expostos no **Decreto Municipal nº 4.193, de 25 de março de 2025**, disponibilizado para ciência no site deste município: <https://www.pedreira.sp.gov.br/> ou diretamente através do link: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_81_0_1_27032025135033.pdf.

6.20.5. É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar os prazos estabelecidos, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



6.21. No caso de não apresentação do solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), a(s) proposta(s) será(ão) desclassificada(s).

6.22. Após a negociação do preço com o licitante provisoriamente vencedor e se for o caso, após análise das comprovações necessárias e proposta(s), em tese, inexequível(is), e decidido sobre ela(s), o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da(s) proposta(s).

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação e/ou de análise de exequibilidade, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Sistema integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).;

7.1.4. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício aplicado.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e



à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 3.816 de 17 de agosto de 2023.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a(s) empresa(s) comprove(m) a exequibilidade da proposta.

7.8. As informações e procedimentos necessários referentes a indícios de inexequibilidade de preços, encontram-se expostos no **Decreto Municipal nº 4.193, de 25 de março de 2025**, disponibilizado para ciência no site deste município: <https://www.pedreira.sp.gov.br/> ou diretamente através do link: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_81_0_1_27032025135033.pdf.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Os documentos em questão encontram-se descritos mais precisamente no **item 9 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO - Exigências de habilitação**, do Termo de Referência e conforme abaixo transcritos:

8.1.2.1. Habilitação Jurídica



Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.1.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.1.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.1.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.1.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.1.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal.

8.1.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.1.2.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II.

8.2. No caso de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. No que tange a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10% (dez por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou preferencialmente, de maneira digital, e com chave para verificação de sua autenticidade. Também poderão ser apresentados documentos digitais sem chave de verificação, documentos digitalizados ou documentos originais, em cópia simples.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.



8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no **mínimo 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a).

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do(a) Pregoeiro(a), a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e §4º do art. 40 do Decreto Municipal nº 3.816, de 2023):

8.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão



fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 03 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 03 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei. Os prazos dos itens 10.2. e 10.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



9.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.pedreira.sp.gov.br, no link licitações, junto ao pregão correspondente.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro(a) durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;



11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. Fraudar a licitação;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5%** a **30%** incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor estimado pela Administração.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de **15%** a **30%** do valor estimado pela Administração.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Decreto Municipal nº 3.816/2023 de 17 de agosto de 2023.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.15. Ademais, deverão ser observadas, também, as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no **Decreto Municipal nº 4.240 de 24 de junho de 2025, Anexo V** deste edital.



11.2. As sanções de que trata o subitem anterior serão aplicadas garantindo-se o exercício de prévia e ampla defesa, e serão registradas no SICAF, na Relação de Apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2024, e no sítio <https://www.esancoes.sp.gov.br>.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacaopedreira.doc@gmail.com.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.



13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.pedreira.sp.gov.br.

13.11. **Os Decretos Municipais citados neste edital encontram-se disponíveis no site www.pedreira.sp.gov.br, no link “Decretos Licitação”.**

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Modelo de Planilha de Proposta de Preço;

ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO IV – Termo de Ciência e Notificação;

ANEXO V – Decreto nº 4.240 de 24 junho de 2025.

Pedreira/SP, 27 de fevereiro de 2026.

Bruno Henrique de Almeida
CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES
SUBSCRITOR DO EDITAL



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Consiste em contratação(ões) de pessoa(as) jurídica(s) para serviços de locação, execução, instalação, operação, montagens, desmontagens e manutenção de estrutura de palcos, camarins em octanorm, iluminação, sonorização, tendas, gradis, banheiros químicos, painel em led, plataforma elevatória tipo tesoura e grupo motogerador para a realização do evento “A Paixão de Cristo 2026”, em atendimento às ODS 8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO E 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES - PLANO MUNICIPAL DE CULTURA e também ao Plano Municipal de Cultura.

Ressalta-se que, a quantidade de lotes, itens e os equipamentos necessários para composição dos objetos, para que o evento ocorra conforme esperado e atinja as expectativas do Município, já foram informados minuciosamente no tópico 03 do Estudo Técnico Preliminar.

A contratação se fará pela modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, mediante contrato por escopo para os lotes constantes na tabela abaixo, e conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar:

LOTES	DESCRIÇÕES RESUMIDAS DOS LOTES	CÓDIGOS DO SISTEMA GOV.BR
01	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação, execução, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem de palcos (tablados).	24376
02	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de 02 (dois) camarins em octanorm.	17809
03	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação, execução, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem de iluminação.	13757
04	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação, execução, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem de sonorização.	13757
05	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação, execução, montagem, instalação, manutenção e desmontagem de tendas de apoio.	21164
06	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, instalação, manutenção e desmontagem de gradil.	2224
07	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de 04	17612



	(quatro) banheiros químicos, sendo 02 masculinos, 02 femininos.	
08	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de telão em led.	17639
09	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de plataforma elevatória tipo tesoura.	3557
10	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de grupo motogerador.	21679

Os descritivos dos lotes bem como seus quantitativos foram definidos e estimados com base na demonstração constante no Estudo Técnico Preliminar, constante nos autos do processo.

Trata-se de prestação de serviços de objetos de **natureza comum**.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação e descrição da necessidade da contratação encontra-se descrita no item 1(um) do Estudo Técnico Preliminar, apêndice desse termo de referência.

Vale ressaltar também, que o evento “A Paixão de Cristo”, a que se refere este Termo de Referência faz parte do Plano Municipal de Cultura de Pedreira – PMC que é o instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura, com previsão de ações de curto, médio e longo prazos, como elemento integrante do Sistema Municipal de Cultura – SMC, sendo que o mesmo foi aprovado e entrou em vigor pela Lei Municipal Nº 4.317, de 27 de julho de 2023.

Assim o evento “A Paixão de Cristo”, está inserido no calendário oficial de eventos da cidade, pela Lei Municipal Nº 4.317 de 22 de 27 de julho de 2023. Sendo que o mesmo será realizado anualmente no município, a fim de resultar numa ação de aumento do fluxo turístico e a tradição da reunião familiar neste período, bem como, proporciona a população em geral o acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento.

Após ressaltar as Leis Municipais, é necessário informar que a Emenda Constitucional Nº 71, de 29 de novembro de 2012, 4º parágrafo, diz que “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.”

A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021, e suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes.

Nesse sentido, o objetivo da futura prestação de serviços é proporcionar a população em geral o acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento, propiciando um ambiente favorável a adesão da população.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice desse Termo de Referência, principalmente nos tópicos 3, 4, 5 e 6 do referido estudo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados no tópico 3. do Estudo Técnico Preliminar, apêndice desse termo de referência.

5. VISTORIA

Não se aplica.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

O regime de execução é o de “menor preço por lote”.

Itens referentes a execução contratual encontram-se pormenorizados nos tópicos 3, 10, 11 e 12 do Estudo Técnico Preliminar apêndice desse Termo de Referência.

7. GESTÃO DO CONTRATO

A(s) contratação(ões) com a(s) pessoa(s) jurídica(s) vencedora(s) far-se-á por Contrato, considerando a proposta apresentada e disposições legais, vinculando a pessoa jurídica vencedora aos termos do Edital e demais anexos, à proposta apresentada e as disposições da Lei Nº 14.133/2021 e suas alterações.

Rotinas de Fiscalização e Gestão Contratual: Será em conformidade com o Decreto nº 3.790 de 21 de julho de 2023, constante no site do Município de Pedreira/SP.

Link de acesso: <https://pedreira.sp.gov.br/decretos-licitacao/decreto-n-3790-de-21-de-julho-de-2023>

8. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

Os serviços executados serão objeto de medição única, de acordo com os seguintes procedimentos:

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Após a execução dos serviços constantes neste Termo de Referência, a CONTRATADA entregará os relatórios com os serviços e análises realizados e os respectivos valores apurados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.



PARÁGRAFO TERCEIRO

Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

- a) O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, aplicando-se eventual desconto em função da pontuação obtida no Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços, se for o caso;
- b) A realização dos descontos indicados na alínea “a” não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA em virtude da inexecução dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO

Após a conferência do(s) lote(s) que compõem o objeto juntamente com os serviços e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará as medições acima descritas, no prazo de **03 (três) dias úteis** contados do recebimento do relatório, comunicando à CONTRATADA o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal/fatura.

Da liquidação e pagamento

Os pagamentos do objeto deste Termo de Referência serão efetuados diretamente pelo CONTRATANTE, através da sua Tesouraria.

Os objetos deste termo de referência serão pagos em **até 30 (trinta) dias consecutivos após a liquidação da Nota Fiscal** pela Secretaria solicitante, sendo que juntamente com a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada, deverá ser apresentado “Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo”, onde a Nota Fiscal e o Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, deverão vir com aceite dos Fiscais/Gestores do contrato.

O prazo para liquidação da nota fiscal será em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento e aceite da nota fiscal pela Administração.

Nos termos do art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014, será exigido da contratada, para realizar o pagamento, a comprovação da regularidade fiscal.

A prestação de serviço dos objetos do presente termo de referência ficará sujeito à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil ou superveniente que altera a Instrução Normativa nº 1.234/2012), para a matéria.

As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes do fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1.988.

Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante,



Prefeitura Municipal de Pedreira/SP, será entregue ao contratado em até 60 (sessenta) após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.

O(s) pagamento(s) será(ão) feito(s) através de transferência bancária, sendo vedado(s) a(s) emissão(ões) de boleto(s) bancário(s), cujos dados bancários da contratada deverão constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) emitida(s).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta: O(s) fornecedor(es) será(ão) selecionado(s) por meio da realização de procedimento de é a **Licitação** na modalidade **Pregão**, em sua forma **Eletrônica**, do **TIPO menor preço por lote**, mediante **contrato por escopo**, modo de disputa **aberto**.

Exigências de habilitação:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem



sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art.



69, caput, inciso II).

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

LOTES	DESCRIÇÕES RESUMIDAS DOS LOTES	VALORES MÉDIOS ORÇADOS
01	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação, execução, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem de palcos (tablados).	R\$ 49.766,66
02	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de 02 (dois) camarins em octanorm.	R\$ 23.133,33
03	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação, execução, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem de iluminação.	R\$ 56.933,33
04	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação, execução, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem de sonorização.	R\$ 42.433,33
05	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação, execução, montagem, instalação, manutenção e desmontagem de tendas de apoio.	R\$ 6.400,00
06	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, instalação, manutenção e desmontagem de gradil.	R\$ 3.275,00
07	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de 04 (quatro) banheiros químicos, sendo 02 masculinos, 02 femininos.	R\$ 4.206,00
08	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de telão em led.	R\$ 53.200,00
09	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de plataforma elevatória tipo tesoura.	R\$ 10.363,47
10	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de grupo motogerador.	R\$ 22.265,00

A pesquisa de preços se mostra compatível e dentro dos padrões de valores encontrados no mercado, conforme pesquisas de preços anexas aos autos do processo.

Valores obtidos através da média das pesquisas de preços anexas aos autos do processo, resultando no valor total médio de R\$ 271.976,12.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



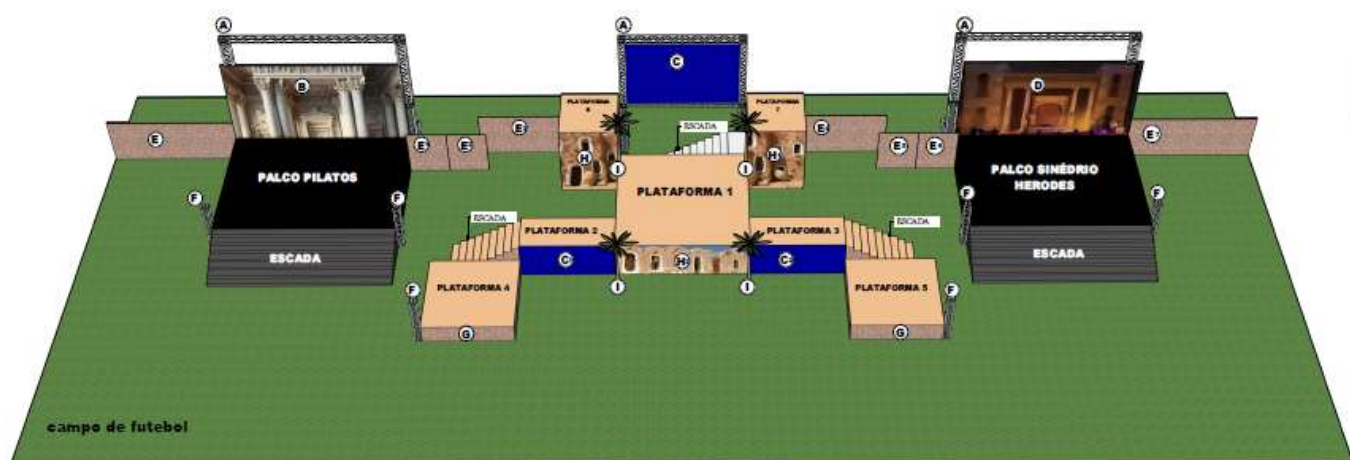
A contratação será custeada com recursos: **Tesouro através da ficha orçamentária nº 986.**

12. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Carina Galvão Freitas
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

13. ANEXOS
(Imagens meramente ilustrativas)

LOTE 01: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PALCOS (TABLADOS):



(Imagens meramente ilustrativas)

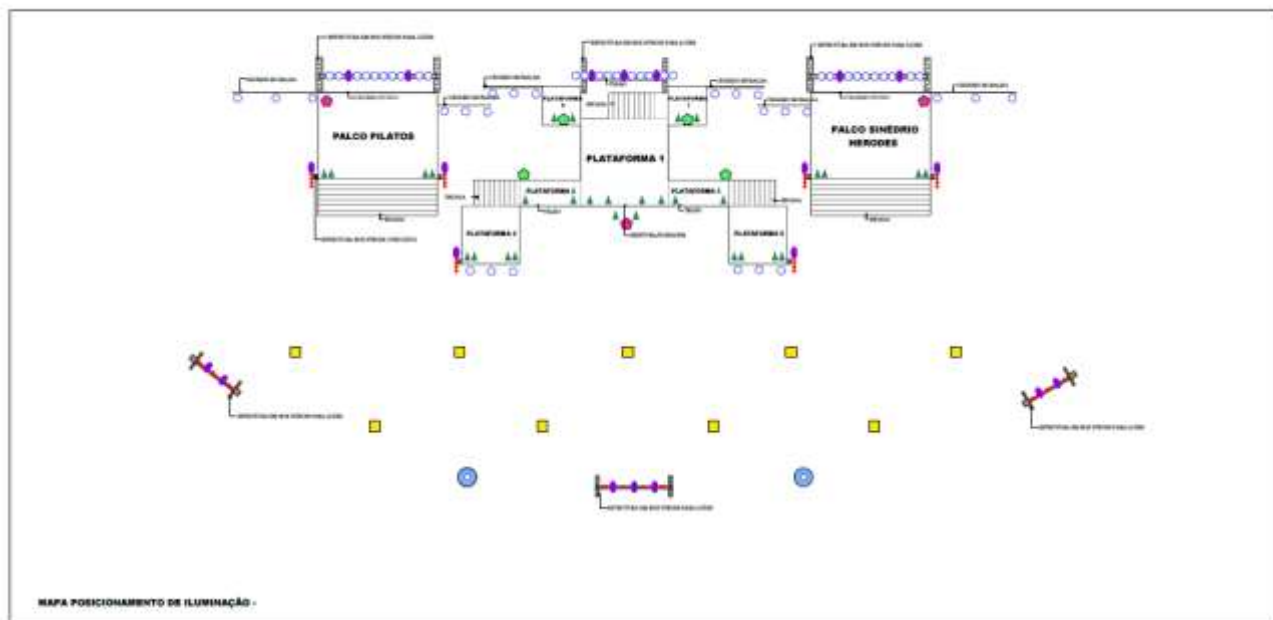
LOTE 02: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE 02 (DOIS) CAMARINS EM OCTANORM:



LOTE 03: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO,

MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM:

- PROJETO LUMINOTÉCNICO - PAIXÃO DE CRISTO - 2026 - CENTRO CULTURAL PEDREIRA



LEGENDA LUZES - DESCRIÇÃO DETALHADA LOTE 03 -

-  PAR LED ROSE
-  REFLECTOR DE LED DIMMABLE(LAVEL)
-  PAR 60
-  MR16 GRUT
-  MYVIE ROAD
-  MÁQUINA DE FUMAR
-  MÁQUINA DE FUMAR'S JOWE ROSE
-  ESPELTO FR ROSE
-  LAMPARAS ESQUADRADAS

(Imagens meramente ilustrativas)

LOTE 04: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM:

Observação: Não foi possível anexar fotos referente ao lote 04 – Sonorização, devido ao número expressivo de equipamentos que compõe o lote, porém as informações, detalhamentos e formas de instalação constam neste Estudo Técnico Preliminar, mais precisamente no tópico 03 - **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

LOTE 05: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS DE APOIO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM:

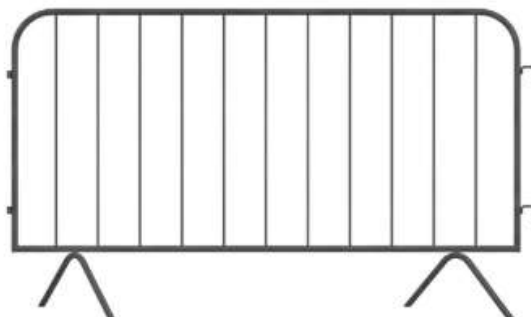


(Imagens meramente ilustrativas)

LOTE 06: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE GRADIL,



MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM:



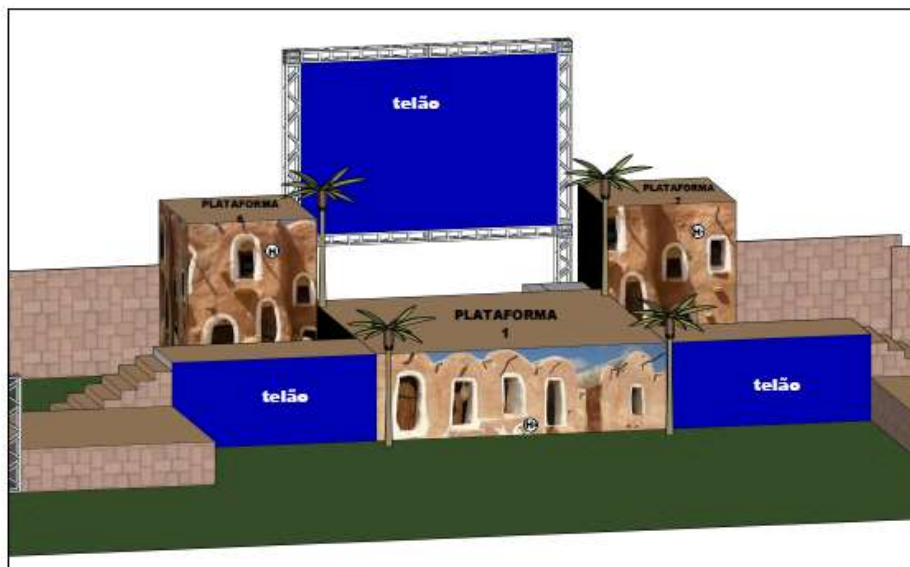
(Imagens meramente ilustrativas)

LOTE 07: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE 04 (QUATRO) BANHEIROS QUÍMICOS, SENDO 02 MASCULINOS, 02 FEMININOS:



(Imagens meramente ilustrativas)

LOTE 08: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TELÃO EM LED:



(Imagens meramente ilustrativas)

LOTE 09: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA TIPO TESOURA:



(Imagens meramente ilustrativas)



LOTE 10: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE GRUPO MOTOGERADOR:



(Imagens meramente ilustrativas)



APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade abaixo especificada.

O objetivo é apresentar detalhadamente a real necessidade e identificar a melhor opção disponível no mercado para supri-la com eficiência, assegurando sua viabilidade técnica e econômica, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a administração Pública.

Os **Estudos Técnicos Preliminares** são necessários para análise de viabilidade da contratação, elencando elementos essenciais para compor o **Termo de Referência**, da forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

Fundamentação legal: Art. 18, parágrafo 1º da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

1.1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Consiste em contratação(ções) de pessoa(as) jurídica(s) para serviços de locação, execução, instalação, operação, montagens, desmontagens e manutenção de estrutura de palcos, camarins em octanorm, iluminação, sonorização, tendas, gradis, banheiros químicos, painel em led, plataforma elevatória tipo tesoura e grupo motogerador para a realização do evento "A Paixão de Cristo 2026", em atendimento às ODS 8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO E 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES - PLANO MUNICIPAL DE CULTURA e também ao Plano Municipal de Cultura.

1.2. DO PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A necessidade dos serviços do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, dar-se-á em virtude da realização de uma data muito tradicional do calendário cultural nacional e também o maior evento desta data a céu aberto em nossa região contribuindo para o fortalecimento das práticas culturais, da difusão artística, do fluxo turístico regional, e ainda, em cumprimento a Constituição Federal Brasileira "Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais."

Além de ações de fomento e formação de plateia voltadas a artistas locais e toda população de Pedreira, a realização cultural de "A PAIXÃO DE CRISTO 2026" é rica e multifacetada, refletindo a fusão de tradições artísticas, costumes tradicionais, culturais, de fé ecumênica, populares e de simbolismos nacionais.

O objetivo do evento é ter uma programação artística e atrativa com boa estrutura, proporcionando a população em geral o acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento, incentivando ainda o turismo regional e gerando também um momento de festividades familiar. As celebrações promovem laços sociais, incentivando a convivência, a união e refletindo valores que são relevantes na sociedade brasileira, propiciando um ambiente favorável a adesão da população.

Também com a intenção de dar cumprimento à LOA (Lei Orçamentária Anual) em relação ao



Planejamento deste Município, uma vez que os eventos pelos quais as contratações serão feitas constituem as ações de fomento e difusão cultural prevista pela Secretaria de Cultura para o ano de 2026, visando fomentar, apoiar e enriquecer o ambiente cultural e da economia criativa de Pedreira e região.

Pelo exposto, verifica-se que os serviços descritos se enquadram em contratações por escopo, uma vez que possuem um período predeterminado para execução.

Fundamentação legal: Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação está prevista no orçamento municipal para o exercício de 2026, conforme as necessidades identificadas nas áreas prioritárias da administração pública. O valor destinado para essa despesa foi incluído no planejamento financeiro, garantindo que os recursos necessários estejam disponíveis durante sua execução.

Fundamentação legal: Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso I do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista que esta Municipalidade já realizou inúmeros eventos similares ao pretendido e no mesmo local de execução, as estruturas bem como os requisitos da contratação já possuem padronização, mesmo assim, foram realizadas análises a processos licitatórios de eventos análogos aos pretendidos, e foram feitas análises pelo corpo técnico da Secretaria solicitante do objeto quanto às peculiaridades do evento, estruturas necessárias e requisitos para a contratação futura dos objetos deste Estudo Técnico Preliminar, onde ficou definido que as estruturas necessárias bem como os requisitos para a contratação deverão ser conforme será descrito a seguir, para que a programação/evento venha a atingir a expectativa do Município:

3.1. DA ESTRUTURA NECESSÁRIA MÍNIMA PARA TODA PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

LOTE 01: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PALCOS (TABLADOS):

EVENTO: "A PAIXÃO DE CRISTO 2026"

Início e prazo da Montagem total: A partir das 23:00 horas do dia 21 de março de 2026 até às 23:00 horas do dia 23 de março de 2026 (48 horas totais).

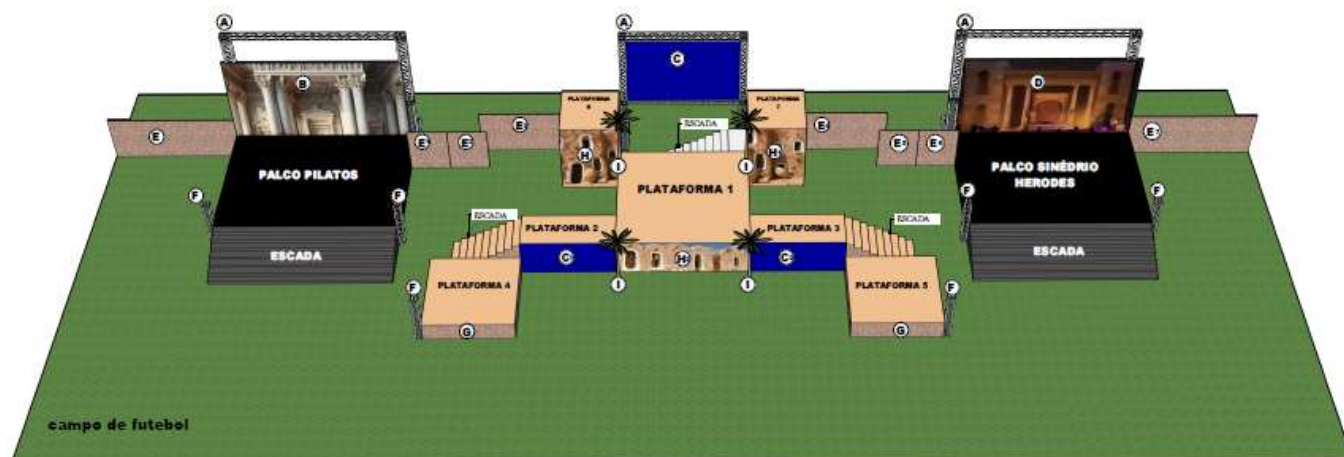
Datas de ensaio: 25 e 26 de março de 2026.

Datas do evento: 27, 28 e 29 de março de 2026.

Início e prazo da Desmontagem: A partir das 6:00 horas da manhã do dia 31 de março de 2026 até às 23:00 horas do dia 01 de abril de 2026 (41 horas totais) – Ressalva: A desmontagem do Lote 01 somente terá início após a liberação formal da fiscalização quanto à retirada integral dos equipamentos dependentes da estrutura.

Local do Evento: Rua Maria Angis Sarkis, s/nº - Estádio Municipal Wanderlei José Vicentini, Pedreira/SP.

A contratada deverá fornecer, montar, instalar, operar, manter e desmontar as seguintes estruturas:



a) CENÁRIO PILATOS: Piso modular estabilizado, estrutura tubular monolítica ou Box Truss e acabamento em chapa de madeira compensado com no mínimo 20 mm de espessura, pintado em cor cinza escuro ou preto e cobertura em carpete liso na cor preta e sem buracos, ranhuras ou protuberâncias.

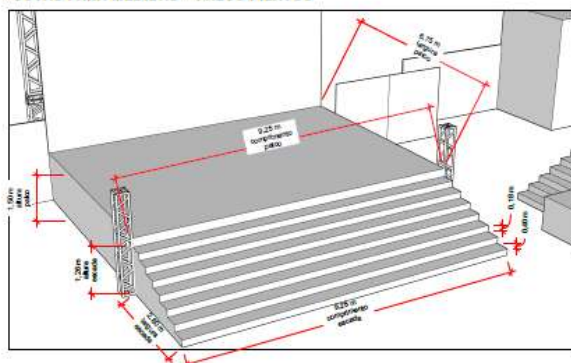
Dimensões Totais: Entre 8 (oito metros) e 9,25 (nove metros e vinte e cinco centímetros) de comprimento, por 6 (seis metros) e 6,75 (seis metros e setenta e cinco centímetros) de largura por

1,50 (um metro e cinquenta centímetros) de altura.

O palco deverá conter ainda: escadaria com medidas entre 8 (oito metros) e 9,25 (nove metros e vinte e cinco centímetros) de comprimento, por 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) e 2,80 (dois metros e oitenta centímetros) de largura, por 1,26 (um metro e vinte e seis centímetros) de altura, constituída por 07 degraus com as medidas de 16 (dezesesseis centímetros) e 18 (dezoito centímetros) de espelho, por 38 (trinta e oito centímetros) e 40 (quarenta centímetros) de pisante.

Nas laterais e frente do palco deverá ser instalada uma lona ou tecido como saia na cor preta, antichamas ou com tratamento antichamas e adequada às normas do corpo de bombeiros. Toda a estrutura deverá respeitar as normas vigentes do corpo de bombeiro.

- COTAS PARA MEDIDAS - PALCO PILATOS

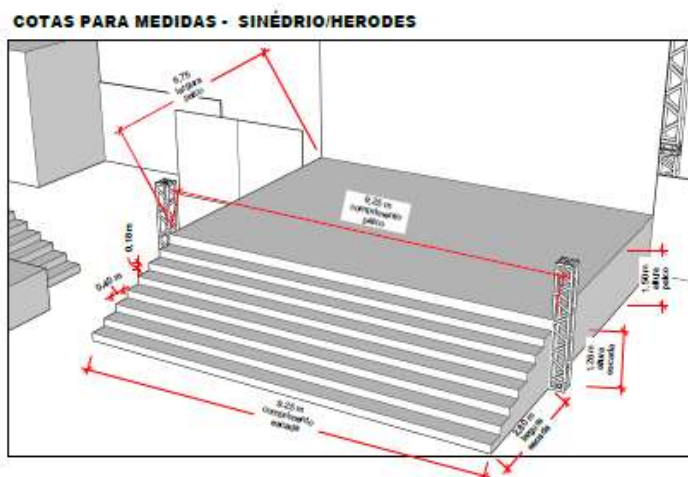


b) CENÁRIO SINÉDRIO/HERÓDES: Piso modular estabilizado, estrutura tubular monolítica ou Box Truss e acabamento em chapa de madeira compensado com no mínimo 20 mm de espessura, pintado em cor cinza escuro ou preto e cobertura em carpete liso na cor preta e sem buracos, ranhuras ou protuberâncias.

Dimensões Totais: Entre 8 (oito metros) e 9,25 (nove metros e vinte e cinco centímetros) de comprimento, por 6 (seis metros) e 6,75 (seis metros e setenta e cinco centímetros) de largura por 1,50 (um metro e cinquenta centímetros) de altura.

O palco deverá conter ainda: escadaria com medidas entre 8 (oito metros) e 9,25 (nove metros e vinte e cinco centímetros) de comprimento, por 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) e 2,80 (dois metros e oitenta centímetros) de largura, por 1,26 (um metro e vinte e seis centímetros) de altura, constituída por 07 degraus com as medidas de 16 (dezesesseis centímetros) e 18 (dezoito centímetros) de espelho, por 38 (trinta e oito centímetros) e 40 (quarenta centímetros) de pisante.

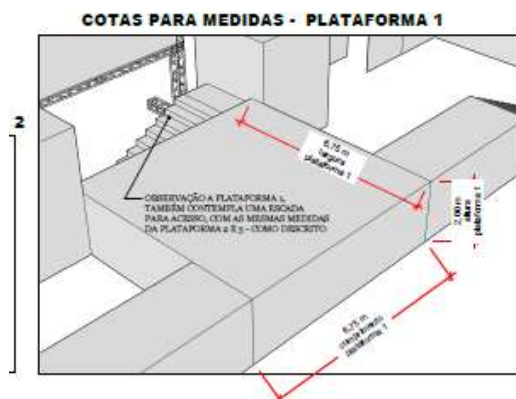
Nas laterais e frente do palco deverá ser instalada uma lona ou tecido como saia na cor preta, antichamas ou com tratamento antichamas e adequada às normas do corpo de bombeiros. Toda a estrutura deverá respeitar as normas vigentes do corpo de bombeiro.



c) CENÁRIO PALCO PRINCIPAL: plataformas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7

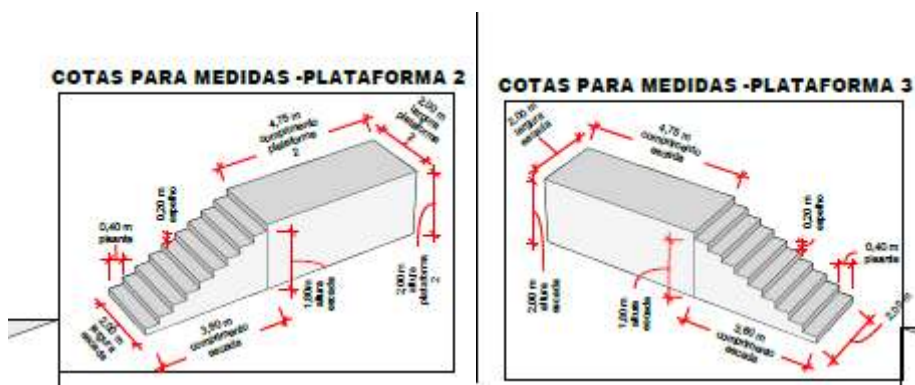
Piso modular estabilizado, estrutura tubular monolítica ou Box Truss e acabamento em chapa de madeira compensado com no mínimo 20 mm de espessura, pintado em cor cinza escuro ou preto e cobertura em carpete liso na cor Carmel (caramelo) ou bege (tom de areia) e sem buracos, ranhuras ou protuberâncias em todas as plataformas existentes na estrutura do Palco Principal. A empresa deverá fornecer uma amostra do carpete para aprovação da equipe de produção, pois trata-se de um elemento cenográfico que deverá seguir o descritivo acima. A empresa deverá fornecer no mínimo 350 (trezentos e cinquenta) metros quadrados do tecido tipo carpete nas cores supracitadas para esta estrutura, sendo ele antichamas ou com tratamento antichamas e adequado às normas do corpo de bombeiros. Toda a estrutura deverá respeitar as normas vigentes do corpo de bombeiro.

Plataforma 1: Entre 6 (seis metros) e 6,75 (seis metros e setenta e cinco centímetros) de comprimento, por 6 (seis metros) e 6,75 (seis metros e setenta e cinco centímetros) de largura por 2 (dois metros) de altura.

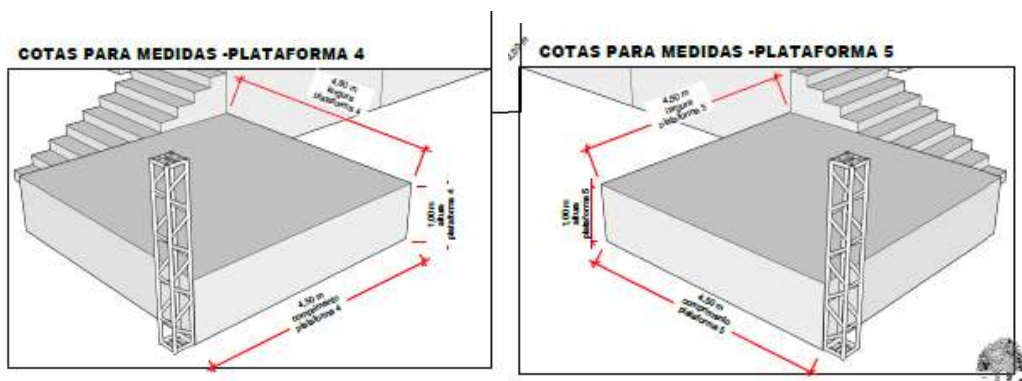


Plataforma 2 e 3 : Entre 4 (quatro metros) e 4,75 (quatro metros e setenta e cinco centímetros) de comprimento, por 2 (dois metros) e 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) de largura por 2 (dois metros) de altura.

As plataformas 2 e 3 deverão conter: escadaria para cada uma com medidas entre 3,60 (três metros e sessenta centímetros) e 4 (quatro metros) de comprimento, por 2 (dois metros) e 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) de largura, por 1,80(um metro e oitenta centímetro) de altura, constituída por 09 degraus com as medidas de 16 (dezesseis centímetros) e 18 (dezoito centímetros) de espelho, por 38 (trinta e oito centímetros) e 40 (quarenta centímetros) de pisante.



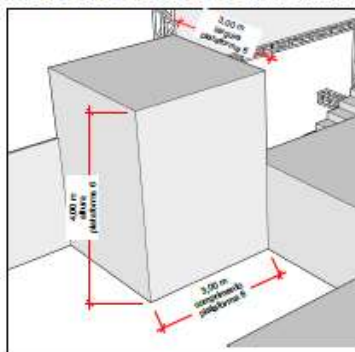
Plataforma 4 e 5 : Entre 4 (quatro metros) e 4,50 (quatro metros e cinquenta centímetros) de comprimento, por 4 (quatro metros) e 4,50 (quatro metros e cinquenta centímetros) de largura por 1 (um metro) de altura.



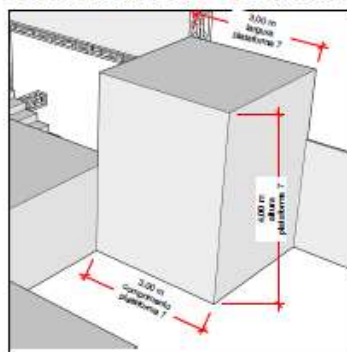
Plataforma 6 e 7 : Entre 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) e 3 (três metros) de comprimento, 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) e 3 (três metros) de largura por 4 (quatro metros) de altura.



COTAS PARA MEDIDAS - PLATAFORMA 6



COTAS PARA MEDIDAS - PLATAFORMA 7



Observação 1: Todos os itens do lote serão avaliados e deverão estar em bom estado de conservação conforme solicitado acima. A contratada deverá manter um técnico responsável durante a montagem e permanência dos equipamentos, principalmente quando houver ensaios, apresentações ou vistorias dos órgãos municipais, estaduais ou federais. A execução deste Lote deverá estar de acordo com as instruções técnicas e exigências do corpo de bombeiros do Estado de São Paulo. Todas as estruturas metálicas deverão possuir aterramento conforme normas de segurança vigentes.

Observação 2: A contratada deverá fornecer ART ou RRT antes da montagem das estruturas no momento da instalação.

Observação 3: O contratado deverá agendar uma visita técnica com a equipe da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e equipe de produção no local do evento para definição das áreas e instalação dos equipamentos e estruturas.

Caso ocorra alguma intempérie, chuva, falta de energia ou algo que impossibilite a realização do evento em sua data e horário marcado, a realização do serviço se dará 24 horas após a última data de apresentação marcada, sem nenhum ônus à Prefeitura Municipal de Pedreira.

A contratada fornecerá extintores de acordo com o porte das estruturas deste lote, como forma de prevenir acidentes. A contratada será responsável pela instalação dos extintores correspondentes ao lote.

LOTE 02: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE 02 (DOIS) CAMARINS EM OCTANORM:

EVENTO: "A PAIXÃO DE CRISTO 2026"

Início e prazo da Montagem total: A partir das 18:00 horas do dia 23 de março de 2026 até às 18:00 horas do dia 25 de março de 2026 (48 horas).

Datas de ensaio: 25 e 26 de março de 2026.

Datas do evento: 27, 28 e 29 de março de 2026.

Início e prazo da Desmontagem: Imediatamente após o término do evento no dia 29 de março de 2026 até às 22:00 horas do dia 30 de março de 2026 (24 horas).

Local do Evento: Rua Maria Angis Sarkis, s/nº - Estádio Municipal Wanderlei José Vicentini, Pedreira/SP.

02 (dois) camarins em octanorm nas dimensões de 04 metros de frente x 04 metros de profundidade em estrutura octanorm, piso em estrutura metálica com compensado naval de 20 mm na cor preta, acarpetado, com cobertura de tenda tipo piramidal e lona emborrachada antichamas e anti mofo, porta e chave.



Os camarins deverão conter em seu interior 01 sofá de 02 lugares, 01 espelho tamanho aproximado de 1,20m x 0,90m, 01 frigobar mínimo 76 litros, Ar condicionado no mínimo de 9.000 Btus, iluminação e no mínimo 2 (duas) tomadas, estando todos os itens em perfeito funcionamento e aparência, sendo a mesma responsável por manutenção e bom funcionamento dos mesmos até a data da desmontagem.

A contratada fornecerá extintores de acordo com o porte das estruturas dos camarins e sistemas elétricos e de iluminação, como forma de prevenir acidentes. A contratada será responsável pela instalação dos extintores correspondentes ao lote.

Observação 1: Os itens do lote serão avaliados e deverão estar em bom estado de conservação conforme solicitado acima. A contratada deverá manter pelo menos 01 (um) técnico responsável durante a montagem e nas vistorias dos órgãos municipais, estaduais ou federais. A execução deste Lote deverá estar de acordo com as instruções técnicas e exigências do corpo de bombeiros do Estado de São Paulo.

Observação 2: A contratada deverá fornecer ART ou RRT antes da montagem das estruturas, equipamentos, instalações elétricas e os dois laudos de flamabilidade das lonas das tendas, exigidos por norma técnica vigente do corpo de bombeiros, antes da instalação.

Caso ocorra alguma intempérie, chuva, falta de energia ou algo que impossibilite a realização do evento em sua data e horário marcado, a realização do serviço se dará 24 horas após a última data de apresentação marcada, sem nenhum ônus à Prefeitura Municipal de Pedreira.

A contratada fornecerá extintores de acordo com o porte das estruturas deste lote, como forma de prevenir acidentes. A contratada será responsável pela instalação dos extintores correspondentes ao lote.

LOTE 03: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ILUMINAÇÃO:

EVENTO: "A PAIXÃO DE CRISTO 2026"

Início e prazo da Montagem total: O descarregamento dos equipamentos a partir das 23:00 horas do dia 21 de março de 2026 – A instalação e montagem a partir das 08:00 horas do dia 24 de março de 2026 até às 12:00 horas do dia 25 de março de 2026 (28 horas totais).

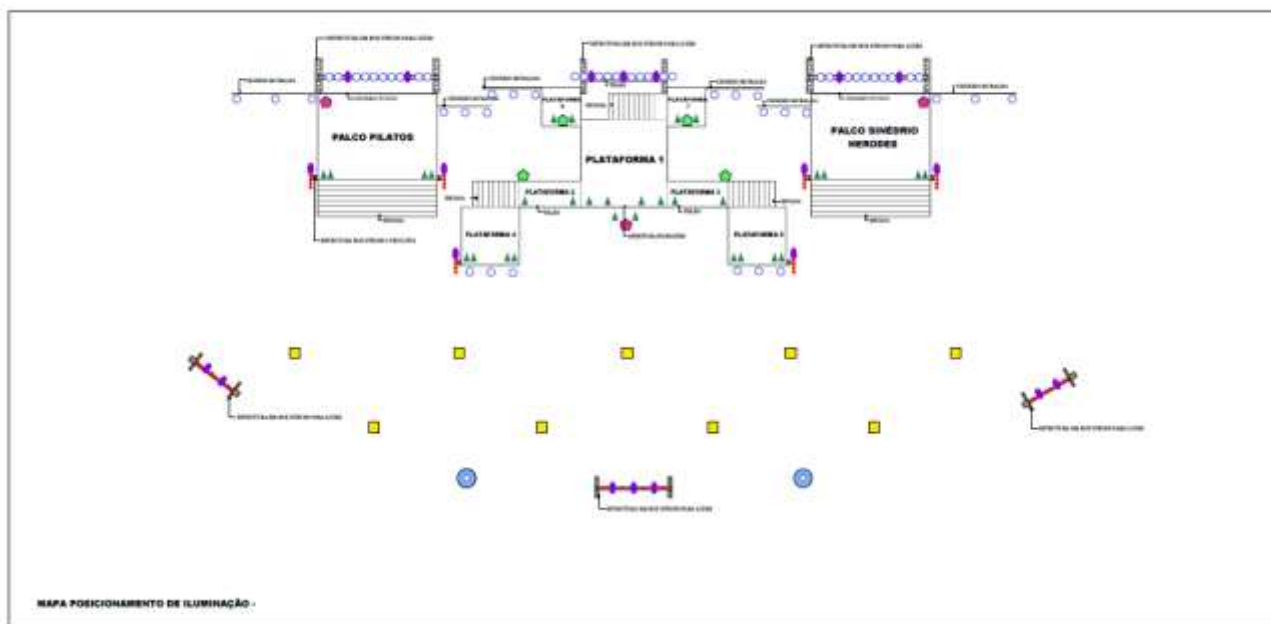
Datas de ensaio: 25 e 26 de março de 2026.

Datas do evento: 27, 28 e 29 de março de 2026.

Início e prazo da Desmontagem: Imediatamente após o término do evento no dia 29 de março de 2026 até às 06:00 horas do dia 31 de março de 2026 (32 horas totais).

Local do Evento: Rua Maria Angis Sarkis, s/nº - Estádio Municipal Wanderlei José Vicentini, Pedreira/SP.

A contratada deste lote deverá fornecer, montar, instalar, operar, manter e desmontar as seguintes estruturas:



LEGENDA LUZES - DESCRIÇÃO DETALHADA LOTE 03 -

- PAR LED RGB
- △ REFLETOR DE LED DIMERIZÁVEL
- ★ PAR 64
- MINI-BRUT
- MÁQUINA DE FUMAÇA
- MÁQUINA DE FUMAÇA 200W RGB
- RIBALTA P5 RGB
- CANHÃO SEGUIDOR

3.1 Sistema de Iluminação:

Quantidade	Unidade	Descrição
42	Unidades	PAR 64 (SESSENTA E QUATRO) FOCO 5 (CINCO) COM PORTA GELATINA
54	Unidades	PAR LED OUTDOOR DE NO MÍNIMO 200W RGB CADA OU SIMILAR OU SUPERIOR
09	Unidades	RIBALTA P5 44X10W RGBW OU SIMILAR OU SUPERIOR
30	Unidades	REFLETOR DE LED DIMERIZÁVEL DE 100 (CEM) W OU SUPERIOR
04	Unidades	MINI-BRUT COM NO MÍNIMO 04 (QUATRO) LÂMAPADAS OU SIMILAR OU SUPERIOR
03	Unidades	MÁQUINA DE FUMAÇA (COM CONTROLE REMOTO E DMX E LÍQUIDO) E VENTILADOR POR UNIDADE COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 2000 (DOIS MIL) W OU SIMILAR OU SUPERIOR
04	Unidades	MÁQUINA DE FUMAÇA RGB LED (COM CONTROLE REMOTO E DMX E LÍQUIDO) E VENTILADOR POR UNIDADE COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 2000 (DOIS MIL) W OU SIMILAR OU SUPERIOR
02	Unidades	CANHÃO SEGUIDOR HTI OU HMI 1200 OU 17R OU CANHÃO DMX 7R



		<p>OU LED 400 (QUATROCENTOS) W OU SIMILARES COM ACESSÓRIOS E TRIPÉ.</p> <p>OBS.: PARA ESTE ITEM A EMPRESA DEVERÁ FORNECER: 02 (DOIS) OPERADORES DE CANHÃO, QUE DEVERÃO ESTAR COM RÁDIO COMUNICADOR COM O CONTROLE DA MESA DE SOM, TOTALIZANDO PELO MENOS 03 (TRÊS) RADIOCOMUNICADORES. OS OPERADORES DE CANHÃO DEVERÃO ESTAR PRESENTES NOS DOIS DIAS DE ENSAIOS GERAIS (25 E 26 DE MARÇO DE 2026) QUE ANTECEDEM OS DIAS DE APRESENTAÇÃO E NAS APRESENTAÇÕES.</p>
20	Unidades	<p>MOVING BEAM</p> <p>20 (VINTE) UNIDADES - MODELO 9R OU 10R OU SIMILAR OU SUPERIOR, COM LÂMPADAS NOVAS OU EM GRANDE INTENSIDADE DE LUMINESCÊNCIA E FUNCIONAIS.</p>
04	Unidades	<p>RACK DIMMER DE 12 (DOZE) CANAIS DE 4000 (QUATRO MIL) W CADA</p>
02	Unidades	<p>MÓDULO DISJUNTOR DE 12 (DOZE) CANAIS DE 4000 (QUATRO MIL) W CADA</p>
02	Unidades	<p>MAIN POWER</p> <p>SEND: 01 (UM) DE 50 (CINQUENTA) KVA E 01 (UM) DE 30 (TRINTA) KVA</p>
01	Unidade	<p>MESA CONTROLADORA DIGITAL 48 VIAS COM NO MÍNIMO 60 (SESSENTA) CANAIS DIGITAIS, COM 48 (QUARENTA E OITO) CANAIS PRESETS, ASSOCIÁVEIS COM CANAIS DMX 512, ATÉ 03 (TRÊS) CANAIS DMX CONTROLADOS POR CADA BANCO. CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE ATÉ 192 (CENTO E NOVENTA E DUAS) CENAS EM 10 (DEZ) BANCOS. TEMPO DE CROSS FADE LIVREMENTE SELECIONÁVEL PARA CENAS SUAVES. O SOFTWARE DA CONTROLADORA NÃO PODERÁ SER INFERIOR À 2010 OU SIMILAR OU SUPERIOR</p>
01	Unidade	<p>MESA CONTROLADORA ANALÓGICA 48 (QUARENTA E OITO) VIAS COM NO MÍNIMO 48 (QUARENTA E OITO) CANAIS ANALÓGICOS OU DIGITAIS. PODENDO SER EM PÁGINAS DE ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) CANAIS, EXISTINDO NO MÍNIMO A E B.</p> <p>OBS: O ESPETÁCULO SERÁ OPERADO EM 02 MESAS DIFERENTES COM</p>



		CONFIGURAÇÕES E SITUAÇÕES DIFERENTES.
16	Metros	BOX TRUSS Q30 OU Q50. A MONTAGEM DEVERÁ SER FEITA NA ENTRADA DO EVENTO, SENDO UMA TRAVE DE 04 (QUATRO) METROS DE ALTURA POR 08 (OITO) METROS DE LARGURA. COM DOIS PÉS DE 0,70 (SETENTA CENTÍMETRO) POR 0,70 (SETENTA CENTÍMETRO) E MAIS 02 CUBOS Q30.
04	Unidades	PRATICÁVEL PANTOGRÁFICO COM PÉS TELESCÓPICOS COM ALTURA REGULÁVEL ENTRE 0,30 (TRINTA) CENTÍMETROS E 1,5 (UM METRO E CINQUENTA CENTÍMETROS).
179	Metros	<p>BOX TRUSS Q30 OU Q50, MAIS 12 (DOZE) PÉS COM NIVELADOR MEDINDO 0,70 (SETENTA CENTÍMETRO) POR 0,70 (SETENTA CENTÍMETRO) E MAIS 06 CUBOS Q30.</p> <p>PRIMEIRA ETAPA DEVERÁ SER LEVANTADA PRÓXIMO A GRADE DO CAMPO E SERÁ COMPOSTA POR: DUAS TRAVES DE 04 (QUATRO) METROS DE LARGURA POR 02 (DOIS) METROS DE ALTURA E UMA TRAVE DE 06 (SEIS) METROS DE LARGURA POR 02 (DOIS) METROS DE ALTURA.*</p> <p>A SEGUNDA PARTE DEVERÁ SER LEVANTADA EM 03 (TRÊS) TRAVES COM MEDIDA DE 10 (DEZ) METROS DE LARGURA POR 08 (OITO) METROS DE ALTURA CADA E DISPOSTAS EM CIMA DE CADA PALCO LOCALIZADOS NO CENTRO DO CAMPO.*</p> <p>OBS: A estrutura de sustentação de cada trave deverá ser no mínimo de Box Truss Q30, podendo inclusive ser de Q50 ou mais. A configuração mínima para a instalação será de 02 pés de trave (podendo utilizar mais estrutura se a contratada achar necessário) que deverá ser em formato "T" (pé de galinha) sendo que cada lado do T deverá possuir entre 2 (dois) e 3 (três) metros.</p> <p>A estrutura deverá ser instalada atrás do palco em paralelo a cenografia. Este palco estará a 02 (dois) metros do solo. A estrutura de box deverá estar totalmente estaiada no solo, inclusive, utilizando durante toda a estrutura o tensionamento e sustentação por catracas com fitas de nylon e alças</p>



		<p>e/ou todo sistema de segurança que a empresa julgar necessária a fim de dar segurança e obedecer corretamente todas às normativas do corpo de bombeiros.</p> <p>A metragem total de 179 metros contempla todas as traves, reforços estruturais, pés, cubos e travamentos necessários para estabilidade e segurança.</p> <p>* vide mapa de áreas e itens cenográficos e projeto luminotécnico. O contratado deverá agendar uma visita técnica com a equipe da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e equipe de produção no local do evento para definição das áreas e instalação dos equipamentos e estruturas.</p>
		<p>GELATINAS (DIVERSAS CORES E CORRETIVO) PARA PAR64: ROSCO: #063 PALE BLUE, #019 - FIRE, #021 GOLD AMBAR, #068 BLUE SKY, #075 TARDE AZUL, SENDO QUE DEVERÁ FORNECER GELATINAS PARA TODOS OS REFLETORES QUE AS USAM E QUE FOREM NECESSÁRIOS.</p>

A contratada deverá fornecer também Cabos, acessórios, insumos e equipamentos de conexão para o funcionamento de todo o sistema. O sistema de iluminação deverá ser instalado conforme o croqui disponível ao final deste anexo. **Toda fiação deverá ser acomodada em passa cabos ou aérea (sem que atrapalhe a estética da cenografia, devendo estar protegida de chuva ou vento).**

Observação 1: A contratada do lote deverá fornecer uma House Mix com piso plano, com dimensões de no mínimo de 03 (três) metros de largura por no mínimo 02 (dois) metros de profundidade e no mínimo 02 (dois) metros de altura, com cobertura protegida de chuva, onde serão colocadas as mesas controladoras de sonorização e iluminação. A instalação se dará na arquibancada e deverá possuir iluminação de trabalho. Essa instalação poderá ser adaptada ou suprimida à pedido da organização não ultrapassando a quantidade de medida solicitada, bem como, sua localização. A House Mix será única e compartilhada entre os Lotes 03 e 04, sendo a responsabilidade estrutural deste item atribuída ao Lote 03.

Observação 2: Todos os itens do Lote serão avaliados e deverão estar em bom estado de conservação conforme solicitado acima. A contratada deverá manter pelo menos 03 (três) técnicos responsáveis durante a montagem e permanência dos equipamentos, principalmente quando houver ensaios, apresentações ou vistorias dos órgãos municipais, estaduais ou federais. A execução dos itens do lote deverá estar de acordo com as instruções técnicas e exigências do corpo de bombeiros do Estado de São Paulo.

Observação 3: A contratada deverá fornecer ART ou RRT antes da montagem das estruturas, equipamentos e instalações elétricas no momento da instalação.

Para um dos ensaios gerais que acontecerá no dia 26 de março, TODA a estrutura deverá estar instalada, em pleno funcionamento e com as mesas de iluminação já gravadas. O início da gravação de luz deverá iniciar as 18h dia 25 de março até as 6h do dia 26 de março de 2026 uma



vez que não é possível gravar a iluminação com a luz do sol. As apresentações acontecerão nos dias 27, 28 e 29 de março de 2026.

Caso ocorra alguma intempérie, chuva, falta de energia ou algo que impossibilite a realização do evento em sua data e horário marcado, a realização do serviço se dará 24 horas após a última data de apresentação marcada, sem nenhum ônus à Prefeitura Municipal de Pedreira.

A contratada fornecerá extintores de acordo com o porte das estruturas deste lote, como forma de prevenir acidentes. A contratada será responsável pela instalação dos extintores correspondentes ao lote.

LOTE 04: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE SONORIZAÇÃO:

EVENTO: "A PAIXÃO DE CRISTO 2026"

Início e prazo da Montagem Total:

O descarregamento dos equipamentos poderá ocorrer a partir das 23h do dia 21 de março de 2026.

A montagem e instalação dos equipamentos que **não dependam das estruturas de palcos e tabladados** poderá iniciar-se a partir das 08h do dia 22 de março de 2026, exclusivamente em áreas previamente liberadas pela fiscalização contratual, até as 23h do dia 23 de março de 2026 (39 horas).

A montagem e instalação dos equipamentos que **dependam das estruturas de palcos e tabladados** somente poderá iniciar-se após a conclusão integral da montagem do Lote 01 (Palcos), prevista para as 23h do dia 23 de março de 2026, estendendo-se até as 11h do dia 25 de março de 2026 (36 horas).

Prazo total máximo de montagem: 75 horas corridas, contadas a partir das 08h do dia 22 de março de 2026 até as 11h do dia 25 de março de 2026, consideradas as frentes de trabalho sucessivas e parcialmente concomitantes.

Datas de ensaio: 25 e 26 de março de 2026.

Datas do evento: 27, 28 e 29 de março de 2026.

Início e prazo da Desmontagem: Imediatamente após o término do evento no dia 29 de março de 2026 até às 06:00 horas da manhã do dia 31 de março de 2026.

Local do Evento: Rua Maria Angis Sarkis, s/nº - Estádio Municipal Wanderlei José Vicentini, Pedreira/SP.

A contratada deste lote deverá fornecer, montar, instalar, operar, manter e desmontar as seguintes estruturas:

4.1 Sistema de sonorização

4.1.1 – Sonorização para plateia e cenário

Quantidade	Unidade	Descrição
01	Unidade	MESA DE SOM DIGITAL COM NO MÍNIMO 32 (TRINTA E DOIS) CANAIS E COM NO MÍNIMO 12 (DOZE) AUXILIARES (A mesma será utilizada como P.A e Monitor) OU SIMILAR OU SUPERIOR.
02	Unidades	PROCESSADOR DE ÁUDIO COMPATÍVEL COM OS SISTEMAS DE CAIXAS OU SIMILAR OU SUPERIOR.
16	Unidades	CAIXAS LINE ARRAY COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 600W – P.A OU SIMILAR OU SUPERIOR.



16	Unidades	CAIXAS SUB GRAVE COM AUTOFALANTE DE 18 (DEZOITO) POLEGADAS COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1000 (MIL) W OU SIMILAR OU SUPERIOR.
		O SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO (POTÊNCIAS) DEVERÃO SER COMPATÍVEIS COM O SISTEMA DE CAIXAS ACIMA DESCRIMINADO
08	Unidades	CAIXAS DE MONITOR COM 02 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIAS DE 2000 (DOIS) W MÍNIMO OU SIMILAR OU SUPERIOR.
		A EMPRESA DEVERÁ COLOCAR CAIXAS DE SOM NA EXTENSÃO DO ESPAÇO VIRADA PARA A ARQUIBANCADA (EM TODA A SUA EXTENSÃO) PARA QUE SEJA OFERECIDO UM SOM HOMOGÊNEO E DE BOA QUALIDADE E COM CORREÇÃO DE DELAY. OS QUANTITATIVOS ACIMA REPRESENTAM A CONFIGURAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, ADMITINDO-SE VARIAÇÃO TÉCNICA APENAS PARA MELHORIA DE DESEMPENHO, SEM REDUÇÃO DE CAPACIDADE OU QUALIDADE. PORTANTO A CONTRATADA DO LOTE ESTARÁ LIVRE PARA DISCUTIR COM A ORGANIZAÇÃO A MELHOR CONFIGURAÇÃO DO SEU SISTEMA, DESDE QUE O MESMO ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES E AS NECESSIDADES DO ESPETÁCULO E DO LOCAL ONDE ACONTECE. A NECESSIDADE É QUE ESSE SISTEMA OFEREÇA UMA SONORIZAÇÃO PRÓXIMA AO PÚBLICO, COM QUALIDADE DE ÁUDIO SUPERIOR E QUE NÃO OFEREÇA DESCONFORTO SONORO A QUEM ASSISTA AO ESPETÁCULO, MAS UMA EXPERIÊNCIA LIMPA E EFICAZ. OBS: O PLAYBACK DO ESPETÁCULO POSSUI CONFIGURAÇÃO L – R E/OU SURROUND, SENDO PARTE DOS SEUS EFEITOS. PORTANTO A CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA DE SOM DEVERÁ SEGUIR ESSAS CARACTERÍSTICAS.
01	Unidade	MULTICABO DE 48 (QUARENTA E OITO) VIAS
02	Unidades	NOTEBOOK PARA REPRODUÇÃO COM ALTA PERFORMANCE E SISTEMA EM FUNCIONAMENTO E SEM TRAVAS
04	Unidades	MICROFONE SEM FIO PROFISSIONAL
02	Unidades	ESTRUTURAS COMPLETAS PARA SISTEMA DE FLY, COM BOXTRUSS E PÉS NO MÍNIMO COMPATÍVEIS COM O SISTEMA
02	Unidades	TALHAS COM CAPACIDADE PARA AO MENOS 1 (UMA) TONELADA CADA
04	Unidades	DIRECTBOX
04	Unidades	CABOS P2 – XLR – BALANCEADO

A contratada deverá fornecer também Cabos, acessórios, insumos e equipamentos de conexão para o funcionamento de todo o sistema. O sistema de sonorização deverá ser instalado conforme o croqui disponível ao final deste anexo. Toda fiação deverá ser acomodada em passa cabos ou aérea (sem que atrapalhe a estética da cenografia, devendo estar protegida de chuva ou vento).

4.1.2 – Sonorização para bastidores

Quantidade	Unidade	Descrição
01	Unidade	MESAS DE SONORIZAÇÃO COM NO MÍNIMO 12 (DOZE) CANAIS
06	Unidades	CAIXAS DE SONORIZAÇÃO AMBIENTE 300 (TREZENTOS) W AMPLIFICADA OU CAIXA PASSIVA COM SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO COMPATÍVEL
06	Unidades	SUORTE PARA CAIXAS
02	Unidades	MICROFONE SEM FIO PROFISSIONAL
02	Unidades	DIRECTBOX



02	Unidades	CABOS P2 – XLR – BALANCEADO
----	----------	-----------------------------

A contratada deverá fornecer também Cabos, acessórios, insumos e equipamentos de conexão para o funcionamento de todo o sistema. O sistema de sonorização deverá ser instalado conforme o croqui disponível ao final deste anexo. Toda fiação deverá ser acomodada em passa cabos ou aérea (sem que atrapalhe a estética da cenografia, devendo estar protegida de chuva ou vento).

4.1.3 – Sonorização para ensaios

Quantidade	Unidade	Descrição
01	Unidade	MESAS DE SONORIZAÇÃO COM NO MÍNIMO 06 (SEIS) CANAIS
03	Unidades	CAIXAS DE SONORIZAÇÃO AMBIENTE 300 (TREZENTOS) W AMPLIFICADA OU CAIXA PASSIVA COM SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO COMPATÍVEL
03	Unidades	SUORTE PARA CAIXAS
02	Unidades	MICROFONE SEM FIO PROFISSIONAL
02	Unidades	DIRECTBOX
02	Unidades	CABOS P2 – XLR – BALANCEADO

A contratada deverá fornecer também Cabos, acessórios, insumos e equipamentos de conexão para o funcionamento de todo o sistema. O sistema de sonorização deverá ser instalado conforme o croqui disponível ao final deste anexo. Toda fiação deverá ser acomodada em passa cabos ou aérea (sem que atrapalhe a estética da cenografia, devendo estar protegida de chuva ou vento).

Observação 1: A contratada do lote 03 fornecerá uma House Mix com piso plano, com dimensões de no mínimo de 03 (três) metros de largura por no mínimo 02 (dois) metros de profundidade e no mínimo 02 (dois) metros de altura, com cobertura protegida de chuva, onde serão colocadas as mesas controladoras de sonorização e iluminação. A instalação se dará na arquibancada e deverá possuir iluminação de trabalho. Essa instalação poderá ser adaptada ou suprimida à pedido da organização não ultrapassando a quantidade de medida solicitada, bem como, sua localização.

Observação 2: Todos os itens do lote serão avaliados e deverão estar em bom estado de conservação conforme solicitado acima. A contratada deverá manter pelo menos 03 (três) técnicos responsáveis durante a montagem e permanência dos equipamentos, principalmente quando houver ensaios, apresentações ou vistorias dos órgãos municipais, estaduais ou federais. A execução dos itens do lote deverá estar de acordo com as instruções técnicas e exigências do corpo de bombeiros do Estado de São Paulo.

Observação 3: A contratada deverá fornecer ART ou RRT antes da montagem das estruturas, dos equipamentos e das instalações elétricas antes da instalação.

Para os ensaios gerais que acontecerão nos dias 25 e 26 de março de 2026, TODA a estrutura deverá estar instalada, em pleno funcionamento e com as mesas de som já gravadas, mesmo que a gravação tenha que ocorrer nas madrugadas. As apresentações acontecerão nos dias 27, 28 e 29 de março de 2026.

Caso ocorra alguma intempérie, chuva, falta de energia ou algo que impossibilite a realização do evento em sua data e horário marcado, a realização do serviço se dará 24 horas após a última data de apresentação marcada, sem nenhum ônus à Prefeitura Municipal de Pedreira.

A contratada fornecerá extintores de acordo com o porte das estruturas deste lote, como forma de prevenir acidentes. A contratada será responsável pela instalação dos extintores correspondentes ao lote.

LOTE 05 - CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TENDAS DE APOIO:



EVENTO: "A PAIXÃO DE CRISTO 2026"

Início e prazo da Montagem total: A partir das 18:00 horas do dia 23 de março de 2026 até às 18:00 horas do dia 25 de março de 2026 (48 horas).

Datas de ensaio: 25 e 26 de março de 2026.

Datas do evento: 27, 28 e 29 de março de 2026.

Início e prazo da Desmontagem: Imediatamente após o término do evento no dia 29 de março de 2026 até às 22:00 horas do dia 30 de março de 2026 (24 horas).

Local do Evento: Rua Maria Angis Sarkis, s/nº - Estádio Municipal Wanderlei José Vicentini, Pedreira/SP.

A contratada deste lote deverá fornecer, montar, instalar, manter e desmontar as seguintes estruturas:

03 (três) tendas 06 (seis) metros x 06 (seis) metros com cobertura, fechamentos laterais e iluminação interna (lâmpada de 200W) com bandoor (para direcionar a luz) por conta da contratada. A sustentação deverá ser realizada de acordo com as normas de segurança vigente e será presa ao solo.

Observação 1: Os itens do lote serão avaliados e deverão estar em bom estado de conservação conforme solicitado acima. A contratada deverá manter pelo menos 01 (um) técnico responsável durante a montagem e nas vistorias dos órgãos municipais, estaduais ou federais. A execução deste Lote deverá estar de acordo com as instruções técnicas e exigências do corpo de bombeiros do Estado de São Paulo.

Observação 2: A contratada deverá fornecer ART ou RRT antes da montagem das estruturas, equipamentos, instalações elétricas e os dois laudos de inflamabilidade das lonas das tendas, exigidos por norma técnica vigente do corpo de bombeiros, antes da instalação.

Caso ocorra alguma intempérie, chuva, falta de energia ou algo que impossibilite a realização do evento em sua data e horário marcado, a realização do serviço se dará 24 horas após a última data de apresentação marcada, sem nenhum ônus à Prefeitura Municipal de Pedreira.

A contratada fornecerá extintores de acordo com o porte das estruturas deste lote, como forma de prevenir acidentes. A contratada será responsável pela instalação dos extintores correspondentes ao lote.

LOTE 06 - CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE GRADIL:

EVENTO: "A PAIXÃO DE CRISTO 2026"

Início e prazo da Montagem total: A partir das 18:00 horas do dia 23 de março de 2026 até às 18:00 horas do dia 24 de março de 2026 (24 horas).

Datas de ensaio: 25 e 26 de março de 2026.

Datas do evento: 27, 28 e 29 de março de 2026.

Início e prazo da Desmontagem: Imediatamente após o término do evento no dia 29 de março de 2026 até às 22:00 horas do dia 30 de março de 2026 (24 horas).

Local do Evento: Rua Maria Angis Sarkis, s/nº - Estádio Municipal Wanderlei José Vicentini, Pedreira/SP.

A contratada deste lote deverá fornecer, montar, instalar, manter e desmontar as seguintes estruturas:



70 (setenta) metros lineares de gradil em perfeito estado de conservação e pintura, que obedecem às normas de segurança vigentes, divididos em peças separadas e de encaixe contínuo e preso ao solo.

Observação 1: Os itens do lote serão avaliados e deverão estar em bom estado de conservação conforme solicitado acima. A contratada deverá manter pelo menos 01 (um) técnico responsável durante a montagem e nas vistorias dos órgãos municipais, estaduais ou federais. A execução deste lote deverá estar de acordo com as instruções técnicas e exigências do corpo de bombeiros do Estado de São Paulo.

Caso ocorra alguma intempérie, chuva, falta de energia ou algo que impossibilite a realização do evento em sua data e horário marcado, a realização do serviço se dará 24 horas após a última data de apresentação marcada, sem nenhum ônus à Prefeitura Municipal de Pedreira.

LOTE 07: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE 04 (QUATRO) BANHEIROS QUÍMICOS, SENDO 02 MASCULINOS, 02 FEMININOS:

EVENTO: "A PAIXÃO DE CRISTO 2026"

Início e prazo da Montagem total: A partir das 18:00 horas do dia 23 de março de 2026 até às 18:00 horas do dia 24 de março de 2026 (24 horas).

Datas de ensaio: 25 e 26 de março de 2026.

Datas do evento: 27, 28 e 29 de março de 2026.

Início e prazo da Desmontagem: Imediatamente após o término do evento no dia 29 de março de 2026 até às 22:00 horas do dia 30 de março de 2026 (24 horas).

Local do Evento: Rua Maria Angis Sarkis, s/nº - Estádio Municipal Wanderlei José Vicentini, Pedreira/SP.

Deverão ser instalados 02 (dois) Banheiros Químicos Masculinos, 02 (dois) Banheiros Químicos Femininos em perfeitas condições de operação e com aparência de novo.

Todos os dias do evento os banheiros deverão ser limpos e higienizados pela empresa contratada até às 12 horas. A empresa vencedora deverá encaminhar uma foto para o e-mail cultura@pedreira.sp.gov.br para comprovar a efetivação dos serviços prestados.

A Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, através dos responsáveis pelo evento, definirão no momento da instalação o local exato onde serão instalados os banheiros químicos, sendo dentro do Estádio Municipal informado no cabeçalho deste lote.

Caso ocorra alguma intempérie, chuva, falta de energia ou algo que impossibilite a realização do evento em sua data e horário marcado, a realização do serviço se dará 24 horas após a última data de apresentação marcada, sem nenhum ônus à Prefeitura Municipal de Pedreira.

A contratada fornecerá extintores de acordo com o porte das estruturas deste lote, como forma de prevenir acidentes. A contratada será responsável pela instalação dos extintores correspondentes ao lote.

LOTE 08: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TELÃO EM LED:

EVENTO: "A PAIXÃO DE CRISTO 2026"

Início e prazo da Montagem total: O descarregamento dos equipamentos a partir das 23:00 horas do dia 21 de março de 2026 – A instalação e montagem a partir das 08:00 horas do dia 24 de março de 2026 até às 12:00 horas do dia 25 de março de 2026 (28 horas totais).



Datas de ensaio: 25 e 26 de março de 2026.

Datas do evento: 27, 28 e 29 de março de 2026.

Início e prazo da Desmontagem: Imediatamente após o término do evento no dia 29 de março de 2026 até às 06:00 horas do dia 31 de março de 2026 (32 horas totais).

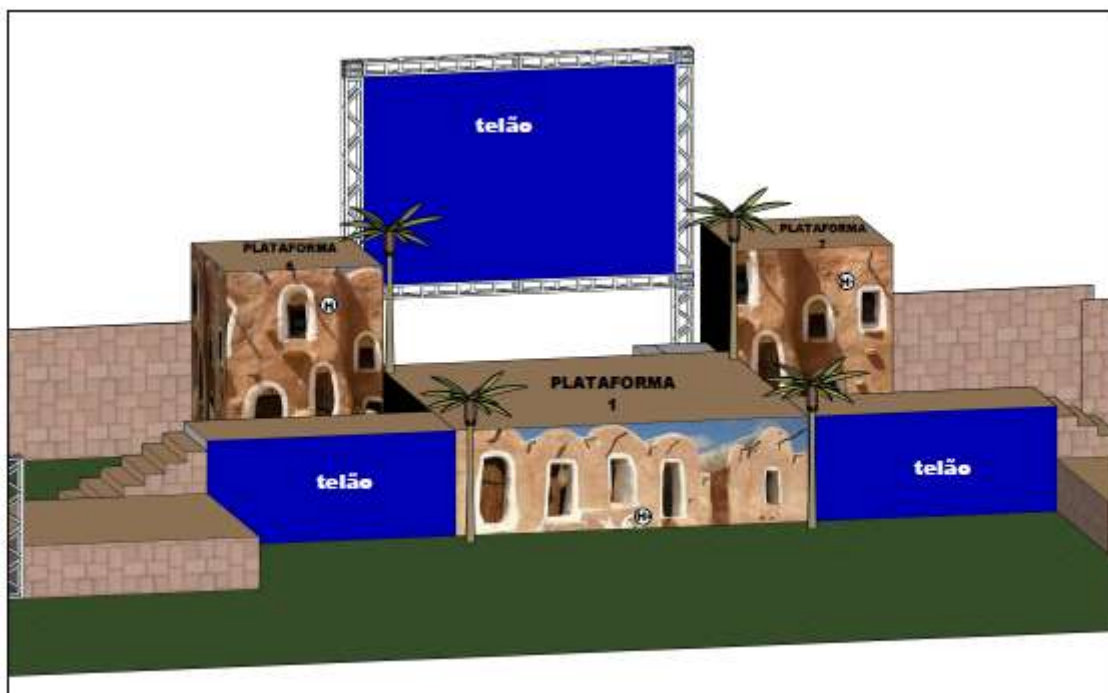
Local do Evento: Rua Maria Angis Sarkis, s/nº - Estádio Municipal Wanderlei José Vicentini, Pedreira/SP.

40 (quarenta) metros quadrados de painel de LED OUTDOOR com resolução mínima P4, podendo ser P3, P2.9 e afins subdivididos em:

24 (vinte e quatro) metros quadrados de painel de LED OUTDOOR - com medidas de 06 (seis) metros de comprimento por 4 (quatro) metros de altura, instalado na parte do fundo da plataforma 01 com 2,50 metros de distanciamento, por 2 metros de altura do nível do solo como descrito no projeto;

08 (oito) metros quadrados de painel de LED OUTDOOR - com medidas de 04 (quatro) metros de comprimento por 2 (dois) metros de altura, instalados na parte da frente da plataforma 02 a partir do nível do solo como descrito no projeto;

08 (oito) metros quadrados de painel de LED OUTDOOR - com medidas de 04 (quatro) metros de comprimento por 2 (dois) metros de altura, instalados na parte da frente da plataforma 03 a partir do nível do solo como descrito no projeto.



O painel deverá estar uniforme com todos os pixels funcionando. Caso a organização necessite que algum painel ou pixel seja trocado a vencedora do lote deverá fazê-lo **IMEDIATAMENTE**, devendo possuir tanto pixels quanto painéis para substituição no local do evento.

O sistema deverá ser formado por placas interligadas e em pleno funcionamento. A empresa deverá fornecer um processador de vídeo, bem como, softwares e hardwares para reprodução das imagens, bem como, controladores para a execução dos vídeos a serem reproduzidos nas telas. O software deverá ser compatível com todo o sistema e com os diversos formatos como: MP4, HECM; 3GP, WMA, MOV, entre outros. (modelo referências: ARKAOS, RESOLUME ARENA ou similares);



A empresa deverá fornecer toda equipe técnica especializada de painel de LED para operacionalizar o sistema durante todo o seu uso;

02 (dois) notebooks com entrada para pen drive para execução dos vídeos durante o evento;

01 (um) sistema de distribuição de energia Main Power, trifásico, com transformador 220v/110v, compatível com o sistema de telão de LED com capacidade mínima de 20 (vinte) KVA; Cabos, cabeamentos, suportes, garras, prendedores, parafusos, passa-cabos e toda infra estrutura necessária para ligação e operação do sistema;

A estrutura de sustentação do **telão C** deverá ser no mínimo de Box Truss Q30, podendo inclusive ser de Q50 ou mais. A configuração mínima para a instalação será de 3 pés de trave (podendo utilizar mais estrutura se a contratada achar necessário) que deverá ser em formato "T" (pé de galinha) sendo que cada lado do T deverá possuir entre 2 (dois) e 3 (três) metros. Cada pé de box deverá ter no mínimo 6,5 (seis metros e meio) de altura, possuindo "sleave" se necessário. Deverá ser montado 01 (uma) trave de Box Truss de no mínimo 06 (seis) metros;

A estrutura deverá ser instalada sobre um palco ou atrás do palco. Este palco estará a 02 (dois) metros do solo. A estrutura deverá ser instalada conforme projeto estrutural aprovado, respeitando a capacidade de carga do palco fornecido pelo Lote 01. Se a contratada achar necessário poderá instalar um praticável a 02 (dois) metros do solo com no mínimo 06 (seis) metros de comprimento. A tela deverá ser instalada na estrutura com no mínimo 03 (três) pés de sustentação. Ela e sua sustentação por catracas com fitas de nylon e alças; deverá estar totalmente estaiada no solo, inclusive, utilizando durante toda a estrutura o tensionamento.

A estrutura do **telão C-1** deverá ser instalada na frente palco e a sustentação deverá ser no mínimo de Box Truss Q30, podendo inclusive ser de Q50 ou mais, deverá ser montado em 01 trave de box truss de no mínimo 4 (quatro) metros de comprimento por 2 (dois) metros de altura, sustentação por catracas com fitas de nylon e alças; deverá estar totalmente estaiada no solo, inclusive, utilizando durante toda a estrutura o tensionamento

A estrutura do **telão C-2** deverá ser instalada na frente palco e a sustentação deverá ser no mínimo de Box Truss Q30, podendo inclusive ser de Q50 ou mais, deverá ser montado em 01 trave de box truss de no mínimo 4 (quatro) metros de comprimento por 2 (dois) metros de altura, sustentação por catracas com fitas de nylon e alças; deverá estar totalmente estaiada no solo, inclusive, utilizando durante toda a estrutura o tensionamento

Fornecimento de equipe técnica especializada para montagem, desmontagem, manutenção e operação do sistema de telão de LED;

A equipe técnica da empresa prestadora do serviço deverá estar à disposição da Comissão Organizadora do evento, seguindo os horários por ela elaborado, para passagens de vídeo, ensaios e/ou adaptação do sistema de telão em LED;

Observação 1: Os itens do lote serão avaliados e deverão estar em bom estado de conservação conforme solicitado acima. A contratada deverá manter pelo menos 01 (um) técnico responsável durante a montagem e nas vistorias dos órgãos municipais, estaduais ou federais. A execução deste Lote deverá estar de acordo com as instruções técnicas e exigências do corpo de bombeiros do Estado de São Paulo.

Observação 2: A contratada deverá fornecer ART ou RRT antes da montagem das estruturas, equipamentos, instalações elétricas e laudos exigidos por norma técnica vigente do corpo de bombeiros, antes da instalação.

Caso ocorra alguma intempérie, chuva, falta de energia ou algo que impossibilite a realização do evento em sua data e horário marcado, a realização do serviço se dará 24 horas após a última data de apresentação marcada, sem nenhum ônus à Prefeitura Municipal de Pedreira.



A contratada fornecerá extintores de acordo com o porte das estruturas deste lote, como forma de prevenir acidentes. A contratada será responsável pela instalação dos extintores correspondentes ao lote.

LOTE 09: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA TIPO TESOURA:

EVENTO: "A PAIXÃO DE CRISTO 2026"

Início e prazo da Montagem total: A partir das 12:00 horas do dia 24 de março de 2026 até às 12:00 horas do dia 25 de março de 2026 (24 horas totais).

Datas de ensaio: 25 e 26 de março de 2026.

Datas do evento: 27, 28 e 29 de março de 2026.

Início e prazo da Desmontagem: Imediatamente após o término do evento no dia 29 de março de 2026 até às 06:00 horas do dia 31 de março de 2026 (32 horas totais).

Local do Evento: Rua Maria Angis Sarkis, s/nº - Estádio Municipal Wanderlei José Vicentini, Pedreira/SP.

A plataforma elevatória deverá atender, no mínimo, às seguintes características:

Tipo: Plataforma elevatória tipo tesoura;

Acionamento: Motor elétrico;

Altura mínima de trabalho: 10 (dez) metros;

Capacidade mínima de carga: 200 (duzentos) kg;

Equipamento em perfeito estado de conservação e funcionamento;

Sistema de estabilização adequado ao tipo de piso existente no local (campo/área externa);

Dispositivos de segurança conforme normas técnicas vigentes;

Certificação e manutenção em dia, com apresentação de documentação comprobatória.

O equipamento deverá atender às normas de segurança aplicáveis, incluindo NR-11, NR-12 e NR-18, quando couber.

O operador habilitado deverá estar disponível durante ensaios e apresentações, sempre que houver utilização do equipamento.

- Disponibilizar operador devidamente capacitado e certificado;
- Fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida por profissional habilitado junto ao CREA, antes do início da montagem;
- Garantir acompanhamento técnico durante montagem e desmontagem;
- Responder integralmente por eventuais falhas técnicas ou acidentes decorrentes do equipamento.

A contratada deverá fornecer os EPIs necessários à operação do equipamento, todos com Certificado de Aprovação (CA) válido.

A contratada deverá disponibilizar, no mínimo, 02 (dois) extintores de incêndio tipo ABC 6kg, com carga válida e dentro do prazo de inspeção, posicionados próximos ao equipamento durante sua utilização.

Caso ocorra alguma intempérie, chuva, falta de energia ou algo que impossibilite a realização do evento em sua data e horário marcado, a realização do serviço se dará 24 horas após a última data de apresentação marcada, sem nenhum ônus à Prefeitura Municipal de Pedreira.

Qualquer modificação técnica necessária deverá ser previamente comunicada e autorizada pela fiscalização do contrato.

A contratada responderá integralmente por danos causados a terceiros, à Administração ou a participantes do evento decorrentes de falhas na execução do objeto.



LOTE 10: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE GRUPO MOTOGERADOR:

EVENTO: "A PAIXÃO DE CRISTO 2026"

Início e prazo da Montagem total: Até às 12:00 horas do dia 24 de março de 2026.

Datas de ensaio: 25 e 26 de março de 2026 (em operação por 8 horas por dia).

Datas do evento: 27, 28 e 29 de março de 2026 (em operação por 8 horas por dia).

Início e prazo da Desmontagem: Imediatamente após o término do evento no dia 29 de março de 2026 até às 06:00 horas do dia 31 de março de 2026 (32 horas totais).

Local do Evento: Rua Maria Angis Sarkis, s/nº - Estádio Municipal Wanderlei José Vicentini, Pedreira/SP.

01 (um) Grupo gerador móvel de energia elétrica em container acústico super silenciado, com capacidade mínima de 260 KVA, trifásico, motor a diesel, com tecnologia de combustão que assegure potência estável e confiança, baixos níveis de emissões e respostas rápidas às variações instantâneas de carga, com controlador eletrônico de voltagem e frequência, com fornecimento de cabos de energia elétrica trifásico mais neutro (com, no mínimo 50m) para ligação e combustível, passa cabos emborrachados para cobrir todos os cabos que estiverem no chão, técnicos responsáveis durante a montagem e realização de ensaios e do evento. Este item deverá permanecer interligados através de chave reversora nos padrões de distribuição e medição de energia, instalado na Rua Maria Angis Sarkis, s/nº - Estádio Municipal Wanderlei José Vicentini, Pedreira/SP.

A contratada disponibilizará o ponto de energia com painel de distribuição compatível para cada empresa realizar sua instalação, sendo os lotes de camarim em octanorm, iluminação, sonorização, painel em LED, tendas e banheiros químicos.

A equipe técnica da empresa prestadora do serviço deverá estar à disposição da Comissão Organizadora do evento, seguindo os horários por ela elaborado, para fornecimento de energia elétrica para todos os sistemas dos lotes citados no parágrafo acima.

A contratada deverá fornecer ART ou RRT do profissional responsável técnico da empresa que realizará a montagem e instalação da estrutura no momento da instalação, contendo na mesma, toda a descrição dos materiais utilizados no conjunto, inclusive laudo de abrangência quando necessário.

A operação do motogerador deverá ser executada por funcionário da empresa com registro com CLT, curso de NR10, adicional de periculosidade e atestado de manutenção do grupo de motogerador. (verificar quais lotes mais dá pra exigir esta descrição).

Caso ocorra alguma intempérie, chuva, falta de energia ou algo que impossibilite a realização do evento em sua data e horário marcado, a realização do serviço se dará 24 horas após a última data de apresentação marcada, sem nenhum ônus à Prefeitura Municipal de Pedreira.

A contratada fornecerá 02 extintores de acordo com o porte das estruturas deste lote, como forma de prevenir acidentes. A contratada será responsável pela instalação dos extintores correspondentes ao lote.

DEMAIS INFORMAÇÕES QUANTO À TODOS OS LOTES:

3.1. DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO

Os serviços descritos em cada lote deverão ser executados no "Estádio Municipal Wanderlei José Vicentini", Rua Maria Angis Sarkis, s/nº Pedreira/SP.



3.2. DA TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Fica estritamente proibida a terceirização dos serviços.

3.3. DA FISCALIZAÇÃO

Os fiscais do contrato terão o direito de exigir para as empresas contratadas alterações durante as execuções dos lotes, se verificada a existência de qualquer infração contratual.

A execução dos lotes será fiscalizada e estes deverão ser executados em concordância com os horários, prazos e demais condições estipuladas acima, atendendo ainda, as demandas pontuais da Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

3.4. DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS CONTRATADAS

- a) É a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, fornecimento de materiais, instalação e retirada dos equipamentos. FICANDO ESTRITAMENTE PROIBIDA A TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.
- b) É a única e exclusiva responsável pelos seus empregados, ficando expressamente afastada a existência de qualquer relação de emprego com a municipalidade;
- c) Deverá prestar os serviços de acordo com as instruções da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, nos dias e horários previamente descritos nesse estudo. Em caso de alteração, a mesma será avisada por telefone ou por escrito, devendo realizar o serviço conforme instrução da Secretaria;
- d) Fornecerá todos os materiais, ferramentas e mão-de-obra utilizados para instalação, execução, manutenção, manuseio e desinstalação dos objetos;
- e) Executará toda a instalação elétrica de acordo com as normas técnicas existentes, considerando distâncias e dimensões do local, inclusive com a montagem e colocação de quadros de proteção aos circuitos de energia elétrica, dimensionados adequadamente, quando necessário;
- f) Deverá fornecer equipamentos que obedeçam às especificações das normas da ABNT, do CREA e do Corpo de Bombeiros, quando for o caso;
- g) Disponibilizará técnicos para a operação dos equipamentos durante todo o uso dos equipamentos, bem como para solucionar todo e qualquer problema relativo ao seu funcionamento;
- h) Os prazos de montagem e desmontagem não serão computados para pagamento, visto que os valores ofertados são valores globais por lote, e não por diária. A contratada deverá estar



com TODOS OS OBJETOS dos lotes no local do evento e esse deverá ser listado e aprovado pela Secretaria Municipal de Cultura antes da montagem.

- i) É terminantemente proibida iniciar a montagem sem que TODOS os objetos/equipamentos estejam no local e sejam vistoriados. Identificada falha ou dano em qualquer equipamento, a contratada deverá providenciar substituição ou reparo em prazo compatível com a continuidade segura do evento, preferencialmente em até 1 (uma) hora, salvo situações em que a complexidade técnica exija prazo distinto previamente justificado e aceito pela fiscalização, sem paralisar o evento;
- j) Fornecer todos os materiais, mão de obra e ferramentas utilizadas para montagem, execução, manuseio, manutenção e desmontagem dos Lotes solicitados;
- k) Responsabilizar-se integralmente pela guarda, vigilância, segurança e manutenção dos objetos/equipamentos, materiais e ferramentas utilizadas para a prestação dos serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com qualquer despesa relativa ao desaparecimento, roubo ou furto dos equipamentos, materiais e ferramentas;
- l) Arcar com todas as despesas relativas a transporte dos objetos/equipamentos, materiais e ferramentas necessários à montagem e desmontagem bem como dos funcionários, taxas, seguro, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais e demais despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias à plena e fiel execução dos serviços;
- m) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes de alimentação, transporte, assistência médica e de pronto-socorro que forem devidas à sua equipe;
- n) Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em virtude da execução dos serviços, dentro do padrão técnico contratado;
- o) Acatar as determinações referentes à rigorosa observância das normas técnicas e de segurança na execução dos serviços, bem como fornecer a todos os funcionários equipamentos de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), conforme a necessidade de cada função. Os funcionários ou colaboradores devem utilizar os respectivos equipamentos de Segurança necessários conforme a NR-06 – Equipamento de Proteção Individual e caso necessário Equipamento de Proteção Coletiva. Os funcionários ou colaboradores deverão estar sempre uniformizados e identificados com crachá durante a montagem, instalação, operação, manutenção, desmontagem e execução do evento;
- p) Permitir o livre acesso ao local de servidor(es) designado(s) pela Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, fornecendo todos os esclarecimentos solicitados, relativos ao desenvolvimento dos serviços em execução;



- q) As instalações elétricas devem atender as diretrizes da NR-10 instalações elétricas, não poderão ser instaladas, fiação de alimentação no piso no acesso ao público, o mesmo deve ser executado com passa cabo apropriado ou através de via aérea, sem que atrapalhe a estética do evento. Todo sistema de distribuição de energia, deve ser aterrado, incluso palco, box truss, iluminação e sonorização conforme NR – 10. Efetuar o recolhimento da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, quando necessário, referente ao Ateste de conformidade das instalações elétricas dos sistemas de sonorização, iluminação, palco, painel de led, motogerador, e, bem como do aterramento dos mesmos e apresentá-las a Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa durante a montagem, para juntada ao processo administrativo, quando for o caso (todos os lotes deste estudo, exceto o lote 06);
- r) Apresentar cópia da carteira profissional, ART ou RRT, com a descrição dos dados do evento, boleto de pagamento e comprovante de pagamento. Apresentar à Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa relação com os nomes e documentos de identificação dos colaboradores que trabalharão na montagem dos lotes, **no início dos trabalhos.**

3.5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Fiscalizar e acompanhar os serviços prestados pela CONTRATADA durante a vigência do contrato;
- b) A administração deverá realizar o pagamento de acordo com os prazos estabelecidos neste estudo;
- c) Designar os locais, horários e datas onde serão realizados os serviços.

O regime de execução deverá se dar pelo **TIPO menor preço por lote.**

Fundamentação legal: Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e do Inciso II do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

4. ESTIMATIVA DO(S) QUANTITATIVO(S)

Os quantitativos foram definidos a partir de levantamento técnico realizado pela Secretaria de Cultura com base em parâmetros de eventos anteriores de igual porte, análise de capacidade de público, dimensões dos espaços utilizados e necessidades operacionais, garantindo adequação e proporcionalidade ao escopo do evento.

Acrescenta-se que, nos contratos celebrados por esta Administração anteriormente, já constam serviços destes mesmos segmentos, que tem se mostrado eficientes técnica e economicamente para os objetivos pretendidos por este Município, portanto, foi utilizada tal metodologia para fins de quantitativos.



Ressalta-se que, a quantidade de lotes, itens e os equipamentos necessários para composição dos objetos, para que o evento ocorra conforme esperado e atinja as expectativas do Município, já foram informados minuciosamente no item 03. deste Estudo Técnico Preliminar.

Segue abaixo planilha contendo os lotes que comporão o objeto deste Estudo Técnico Preliminar:

Ressalta-se que os lotes **01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10** serão objetos necessários para 01 (um) evento constante neste Estudo Técnico Preliminar, ou seja, **"A PAIXÃO DE CRISTO 2026"**

LOTES	DESCRIÇÕES RESUMIDAS DOS LOTES	CÓDIGOS DO SISTEMA GOV.BR
01	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação, execução, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem de <u>palcos</u> (tablados).	24376
02	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de 02 (dois) <u>camarins em octanorm</u> .	17809
03	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação, execução, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem de <u>iluminação</u> .	13757
04	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação, execução, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem de <u>sonorização</u> .	13757
05	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação, execução, montagem, instalação, manutenção e desmontagem de <u>tendas de apoio</u> .	21164
06	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, instalação, manutenção e desmontagem de <u>gradil</u> .	2224
07	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de 04 (quatro) <u>banheiros químicos</u> , sendo 02 masculinos, 02 femininos.	17612
08	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de <u>telão em led</u> .	17639
09	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de <u>plataforma elevatória tipo tesoura</u> .	3557
10	Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de <u>grupo motogerador</u> .	21679

Fundamentação legal: Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso II do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

**5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR**

Através de levantamentos de mercado realizados, cujas soluções identificadas serão pormenorizadas a seguir, conclui-se que, por ser uma contratação de serviços por escopo, a melhor opção, técnica, administrativa e econômica para o Município, é a realização da contratação mediante Pregão, em sua forma Eletrônica, do tipo menor preço por Lote, com modo de disputa aberto mediante contrato administrativo, senão vejamos:

5.1. DAS SOLUÇÕES**ENCONTRADAS SOLUÇÃO 01:****DISPENSA POR LIMITE:**

Não se aplica.

Tal solução se fundamenta no Inciso II, do Art. 75 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, assim como nos Decretos Municipais Nº 3.810 de 10 de agosto de 2023 e Nº 3.813 de 14 de agosto de 2023, cujo valor máximo para a dispensa, atualmente, que se enquadra no objeto deste estudo é de R\$ 65.492,11. Sendo assim, após minucioso estudo realizado acerca dos valores estimados para cada lote, que serão descritos em tópico posterior deste estudo, não é viável para a administração a contratação desta forma, já que não existe saldo suficiente devida à dimensão do evento, e também, pelo fato de via de regra, a contratação ser efetivada mediante processo licitatório.

SOLUÇÃO 02: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL:

Não se aplica.

Apesar da inevitabilidade de execução do objeto, entende-se não haver essa necessidade devido ao tempo disponível para a realização do processo licitatório e posterior contratação do objeto.

SOLUÇÃO 03: COMPRA VIA PREGÃO ELETRÔNICO – MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Não se aplica.

Embora a Administração do Município de Pedreira já esteja trabalhando em processo de registro de preços para os objetos deste estudo para utilização em eventos, espetáculos e outros para um período de 01 (um) ano, o que se mostraria mais viável para o Município, o mesmo ainda não fora concluído, e por este motivo, tal solução ainda não pode ser utilizada. Observa-se ainda que para um único objeto, que é o caso em análise, a solução não se aplica, visto a quantidade de lotes e itens para os objetos serem exatas de utilização, não sendo necessário registrar preços, por se tratar ainda de contrato por escopo.

SOLUÇÃO 04: COMPRA VIA PREGÃO ELETRÔNICO – MEDIANTE CONTRATO POR ESCOPO:

Viável. Se aplica.

Foi identificada a seguinte solução de mercado que pode, em tese, atender os requisitos específicos para a contratação: Fornecimento através de Pregão, mediante contrato (empenho), com serviços não contínuos/ contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

Observa-se que tal solução já é a praticada pelo Município para contratações de estruturas para



eventos, cuja solução, já tem se mostrado vantajosa administrativa, técnica e economicamente aos cofres Municipais, e por este motivo, tal solução deverá ser mantida, ou seja, tal solução é a que mais se adequa a realidade atual do Município para a contratação dos objetos pretendidos.

A contratação para locação, instalação, operação, manutenção, montagens e desmontagens de estruturas de palcos, camarins em octanorm, iluminação, sonorização, tendas, gradis, banheiros químicos, painel em led, plataforma elevatória tipo tesoura e grupo motogerador por meio de Pregão Eletrônico, já teve seu modelo empregado neste município por meio do Processo Licitatório nº 15/2023, que foi regido pela Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 2.673/18. Sendo que a forma de contratação escolhida, para fins de aferição dos serviços e efeito de pagamento, possui especificações do preço por lotes que condicionam a uma melhor metodologia para determinação dos custos contratuais, uma vez que estabelece um comparativo de preços anteriores, considerando que o Pregão Eletrônico nº 70/2023, Pregão Eletrônico nº 32/2024, possui uma contratação semelhante à deste Estudo.

Considerando os levantamentos de mercado, verificou-se que, de maneira individual ao que se refere a cada um dos lotes do presente processo, estes podem ser amplamente ofertados. Porém, de maneira geral, o objeto deste Processo Licitatório não possui similaridade com outras administrações públicas.

Levando em consideração tudo o que foi exposto acima, e, considerando também os objetos deste estudo, que consistem em serviços de locação, instalação, operação, manutenção, montagens e desmontagens de estrutura de palcos, camarins em octanorm, iluminação, sonorização, tendas, gradis, banheiros químicos, painel em led, plataforma elevatória tipo tesoura e grupo motogerador para realização do evento "A PAIXÃO DE CRISTO 2026". A realização deste evento irá proporcionar a população em geral o acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento, incentivando ainda o turismo regional e gerando também um momento de união familiar, promovendo laços sociais, incentivando a convivência, a solidariedade, fé e refletindo valores que são relevantes na sociedade brasileira, propiciando um ambiente favorável a adesão da população.

A modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, mediante contrato, com serviços não contínuos/contratados por escopo - aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, com modo de disputa "aberto" é a solução que mais se adequa à necessidade pretendida.

A motivação pela escolha do modelo supramencionado para este estudo se dá também pelas características do objeto que se enquadra na classificação de bens comuns.

A solução também teve como base outros contratos firmados anteriormente na cidade, assim como em outros municípios, o que demonstra ser uma prática funcional. Ressalta-se que a solução foi apreciada, ponderando-se outras situações que não se mostram possíveis a este objeto, assim como os preceitos legais implícitos. A solução escolhida atende as determinações legais mostrando-se a opção mais viável técnica e econômica à Administração.

Fundamentação legal: Inciso V do § 1º do art. 18 inciso III do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se que o valor global da contratação ficará em torno de **R\$ 298.829,92 (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e vinte e nove reais e noventa e dois centavos).**

Para a definição da estimativa do valor global da contratação, foram considerados os valores apurados para cada lote, tomando-se como referência contratos administrativos celebrados nos



exercícios de 2025 e 2026, especialmente aqueles firmados para a realização do evento "CarnaFolia 2026", contratos nº 14/2026 e nº 15/2026, bem como os contratos nº 248/2025, nº 249/2025 e nº 250/2025, relativos ao evento "Revirada Cultural Natalina 2025 – Encantos".

Os referidos instrumentos contratuais apresentam objetos compatíveis e características técnicas semelhantes às previstas neste Estudo Técnico Preliminar, tratando-se de serviços recorrentes e amplamente utilizados na realização de eventos públicos de natureza cultural e institucional.

Consideraram-se, ainda, os contratos firmados por ocasião da última realização do mesmo evento neste município, ocorrida no exercício de 2023, com proporcionalidade e grau de complexidade equivalentes, correspondentes aos contratos nº 85/2023, nº 87/2023, nº 88/2023 e nº 89/2023.

Complementarmente, a formação da estimativa de preços foi subsidiada por pesquisas de mercado realizadas ao longo dos anos de 2025 e 2026, mediante solicitações encaminhadas por e-mail para fornecedores do segmento, bem como por consultas efetuadas por contato telefônico, visando a obtenção de valores praticados para objetos semelhantes, que juntos totalizaram o valor de **R\$ 298.829,92 (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e vinte e nove reais e noventa e dois centavos)**.

Foram realizados e considerados possíveis reajustes até o momento, conforme as quantidades a serem contratadas para o novo processo, de acordo com os itens abaixo.

LOTE 01 Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação de palcos (tablados), montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem – **Valor estimado de R\$ 54.958,74 (cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e quatro centavos)**.

LOTE 02 Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de 02 (dois) camarins em octanorm - **Valor estimado de R\$ 25.446,66 (vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**.

LOTE 03: Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de iluminação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem - **Valor estimado de R\$ 63.879,19 (sessenta e três mil, oitocentos e setenta e nove reais e dezenove centavos)**.

LOTE 04: Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de sonorização, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem - **Valor estimado de R\$ 46.209,89 (quarenta e seis mil, duzentos e nove reais e oitenta e nove centavos)**.

LOTE 05: Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação de tendas, montagem, instalação, manutenção e desmontagem - **Valor estimado de R\$ 7.040,00 (sete mil e quarenta reais)**.

LOTE 06: Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação de gradil, montagem, instalação, manutenção e desmontagem - **Valor estimado de R\$ 2.960,84 (dois mil, novecentos e sessenta reais e oitenta e quatro centavos)**.

LOTE 07: Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de 04 (quatro) banheiros químicos, sendo 2 masculinos e 2 femininos. - **Valor estimado de R\$ 4.626,60 (quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e sessenta centavos)**.

LOTE 08: Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de Telão de Led – **Valor estimado de R\$ 58.520,00 (cinquenta e oito mil quinhentos e vinte reais)**.

LOTE 09: Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de plataforma elevatória tipo Tesoura – **Valor estimado de R\$ 11.399,66 (onze mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos)**.



seis centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

LOTE 10: Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de grupo de motogerador – **Valor estimado de R\$ 24.108,34 (vinte e quatro mil, cento e oito reais e trinta e quatro centavos).**

Observa-se que em momento oportuno, serão feitas as pesquisas de preços em conformidade com a **Lei 14.133/2021** e **Decreto Municipal referente as pesquisas de preços**, para fins de composição das médias de preços finais para os objetos deste estudo.

Fundamentação legal: Inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso III do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução como um todo que melhor atende as necessidades das Secretarias, encontra-se exposta nos tópicos anteriores deste **E.T.P.**, principalmente nos tópicos **3, 4, 5 e 6**.

Como se trata de uma contratação por escopo, a prestação dos serviços a qual se refere o objeto deste Estudo possui um período predeterminado para ser executado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

Fundamentação legal: Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso IV do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O parcelamento dos objetos em lotes se torna mais satisfatório do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento de cada lote permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle de qualidade pela Administração na execução dos serviços.

Também se mostra satisfatório economicamente, pois devido a ampla concorrência e alta competitividade das licitações, o custo da contratação tende a diminuir.

Sendo assim os preços deverão ser apresentados por lote, visto a padronização das operações durante o evento. Os lotes são específicos e os itens dentro do lote trabalham de forma interligada e interconectada, não sendo eficaz a contratação de empresas diferentes.

Os lotes, itens dos lotes e descrições dos serviços que melhor atenderão a expectativa do Município já se encontram descritos em tópico correspondente.

Fundamentação legal: Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso IV do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se com a contratação dos serviços:

- a) Realização de uma importante data do calendário cultural municipal;
- b) Cumprimento a Constituição Federal Brasileira Art. 215, garantindo a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais;



- c) Estruturar um evento de forma adequada para apresentação de artistas da nossa cidade e região, proporcionando a difusão da Cultura municipal e regional;
- d) Realização de ações de fomento e formação de plateia voltadas a população e artistas municipais e regionais;
- e) Proporcionar a população em geral o acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento, propiciando um ambiente favorável a adesão da população;
- f) Promover o turismo regional e estimular a economia criativa;
- g) Dar cumprimento à LOA (Lei Orçamentária Anual) em relação ao Planejamento deste Município, uma vez que os eventos pelos quais as contratações serão feitas constituem as ações de fomento e difusão cultural previstas pela Secretaria;
- h) Fomentar, apoiar e enriquecer o ambiente cultural, social e turístico de Pedreira e região.
- i) Continuar o resgate da comemoração cultural desta data importante histórica e tradicional em nosso país, região e município.

Fundamentação legal: Inciso IX do §1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso V do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

No que se refere a contratação dos serviços, a Secretaria não precisará adotar providências específicas, mas, para atuar de forma segura na fiscalização do contrato, deverá designar servidores devidamente capacitados para exercerem a fiscalização do mesmo, tanto administrativa quanto tecnicamente.

Fundamentação legal: Inciso X do §1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VI do §2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

Fundamentação legal: Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VII do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza da contratação que se pretende adquirir, verifica-se possíveis impactos ambientais relevantes, sendo necessário que a CONTRATANTE atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental.

12.1. DOS PRODUTOS A SEREM GERADOS E DESCARTADOS

- a) Separar o lixo em orgânico e reciclável;



- b) Diminuir quantidade de utilização de flyers, banners ou qualquer outra forma de divulgação física, já que geram muitos descartes posteriormente. O uso de mídias digitais torna-se mais viável, tanto economicamente, quanto objetivamente pois alcançam um público maior, e não geram resíduos;
- c) Dialogar com os fornecedores alimentícios no local para utilizarem embalagens recicláveis, como copos reutilizáveis;
- d) Fazer o descarte adequado das embalagens e resíduos, realizando sua destinação adequada seja para cooperativas de reciclagem, aterros sanitários, composteiras etc.

12.2. DO USO CONSCIENTE DE ÁGUA

- a) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, repensar as suas formas de uso, evitar desperdícios e reduzir o consumo sempre que possível;
- b) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e poluentes quando houver a limpeza do ambiente;
- c) Flyers nos sanitários sobre as boas práticas de redução de consumo e uso racional da água.

12.3. DO USO CONSCIENTE DE ENERGIA

- a) Utilizar conscientemente os recursos energéticos, optando assim por iluminação natural quando os eventos tiverem suas sessões durante o dia;
- b) Utilização de lâmpadas de LED nos itens de iluminação, uma vez que estas são mais econômicas.

12.4. DO IMPACTO SONORO

- a) Manter os decibéis no limite permitido pela acústica e localização do ambiente.

Fundamentação legal: Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

13. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

Neste caso não existe a possibilidade de contratação de pessoa física para a prestação dos serviços do objeto deste Estudo, uma vez que para a execução de todos os lotes existe a



obrigatoriedade das empresas ganhadoras fornecerem equipes técnicas para a execução dos mesmos.

Fundamentação legal: Inciso IX do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

14. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Não se aplica a necessidade objeto deste estudo.

Fundamentação legal: Quando o objeto for a locação de imóveis, deverá considerar tudo o que está disposto no inciso X do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando a determinação contida na **Lei 14.133/2021**, a solução que melhor atenderá o Município, especialmente a **Secretaria solicitante**, tanto técnica quanto economicamente, é a **Licitação** na modalidade **Pregão**, em sua forma **Eletrônica**, do **TIPO menor preço por lote**, mediante contrato **por escopo, modo de disputa aberto**.

Fundamentação legal: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VI do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023).

16. FONTE DE RECURSO

A contratação será custeada com recursos: **Tesouro**.

17. RESPONSÁVEL

Concluo pela viabilidade técnica e econômica da contratação, conforme exposto no art.4º, §8º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

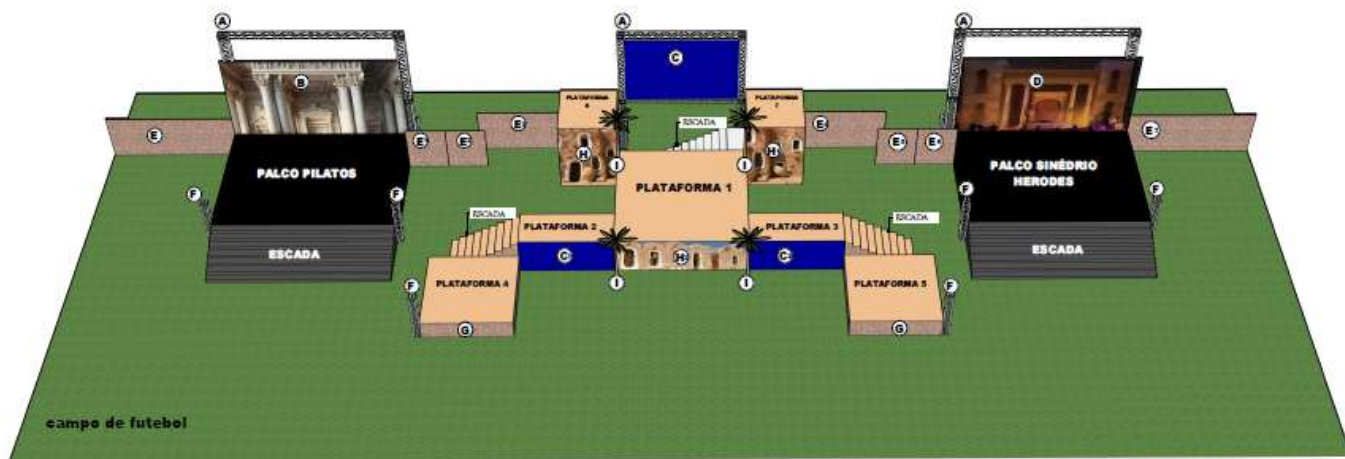
Pedreira (SP), 02 de Fevereiro de 2026.

Ana Julia Moro
ASSESSORA DE CULTURA
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**18. ANEXO(S)
FOTOS DOS LOTES**

(Imagens meramente ilustrativas)

LOTE 01: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PALCOS (TABLADOS):



(Imagens meramente ilustrativas)

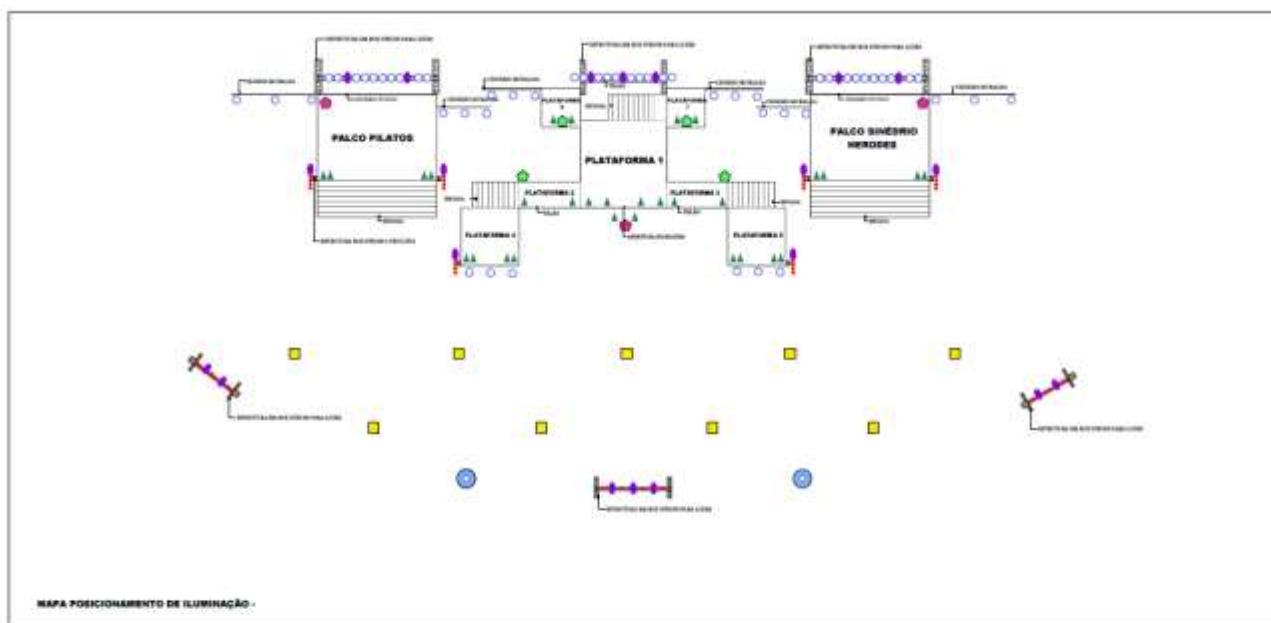
LOTE 02: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE 02 (DOIS) CAMARINS EM OCTANORM:





LOTE 03: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM:

- PROJETO LUMINOTÉCNICO - PAIXÃO DE CRISTO - 2026 - CENTRO CULTURAL PEDREIRA



LEGENDA LUZES - DESCRIÇÃO DETALHADA LOTE 03 -

- PAR LED RGB
- △ REGULADOR DE LUMINOSIDADE
- ✦ PAR AA
- BOX BRUT
- ✶ MOVIE BOARD
- RESOLUÇÃO DE FIBRA
- RESOLUÇÃO DE FIBRA 200W RGB
- RESOLUÇÃO DE FIBRA
- LUMINÁRIA DE FIBRA

(Imagens meramente ilustrativas)

LOTE 04: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM:

Observação: Não foi possível anexar fotos referente ao lote 04 – Sonorização, devido ao número expressivo de equipamentos que compõe o lote, porém as informações, detalhamentos e formas de instalação constam neste Estudo Técnico Preliminar, mais precisamente no tópico 03 - **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**.

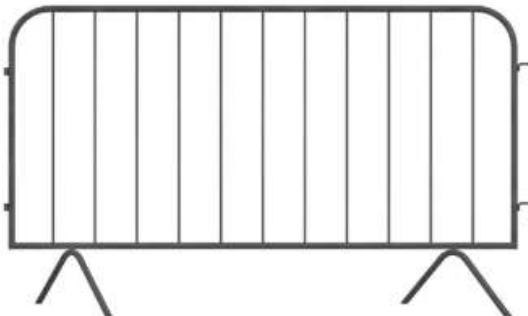


LOTE 05: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS DE APOIO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM:



(Imagens meramente ilustrativas)

LOTE 06: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE GRADIL, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM:



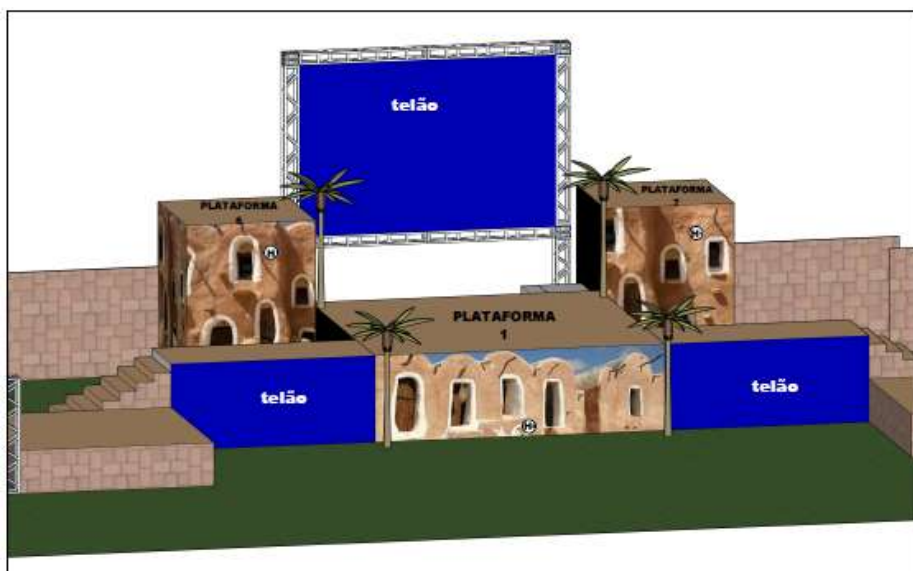
(Imagens meramente ilustrativas)

LOTE 07: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE 04 (QUATRO) BANHEIROS QUÍMICOS, SENDO 02 MASCULINOS, 02 FEMININOS:



(Imagens meramente ilustrativas)

LOTE 08: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TELÃO EM LED:



(Imagens meramente ilustrativas)

LOTE 09: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA TIPO TESOURA:



(Imagens meramente ilustrativas)

LOTE 10: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE GRUPO MOTOGERADOR:



(Imagens meramente ilustrativas)



ANEXO II

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

LOTE(S)	QTDE(S)	UNID(S)	DESCRIÇÕES	VALOR UNITÁRIO DO(S) LOTE(S)	VALOR TOTAL DO(S) LOTE(S)
01	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PALCOS (TABLADOS).	R\$	R\$
02	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE 02 (DOIS) CAMARINS EM OCTANORM .	R\$	R\$
03	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ILUMINAÇÃO .	R\$	R\$
04	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE SONORIZAÇÃO .	R\$	R\$
05	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TENDAS DE APOIO .	R\$	R\$
06	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE GRADIL .	R\$	R\$
07	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE 04 (QUATRO) BANHEIROS QUÍMICOS , SENDO 02 MASCULINOS, 02 FEMININOS.	R\$	R\$
08	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TELÃO EM LED .	R\$	R\$
09	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA TIPO TESOURA.	R\$	R\$



LOTE(S)	QTDE(S)	UNID(S)	DESCRIÇÕES	VALOR UNITÁRIO DO(S) LOTE(S)	VALOR TOTAL DO(S) LOTE(S)
10	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE GRUPO MOTOGERADOR .	R\$	R\$
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:				R\$	

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

- Declaro, sob penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atendem todas as especificações exigidas no Termo de Referência e seu apêndice, e esta licitante está ciente de todas as informações do edital e seus anexos.

A proposta deverá estar em papel timbrado da proponente e vir assinada pelo(a) seu(ua) representante legal, onde deverá constar as seguintes informações:

- Razão Social, endereço completo, CNPJ, E-mail e telefone para contato;
- Número do Pregão e Processo Licitatório.

INDÍCIO DE INEXEQUIBILIDADE

Conforme disposto no subitem 6.7 do edital, sobre indícios de inexecução da proposta de preços, de acordo com o Decreto Municipal nº 4.193/2025, inciso I do artigo 1º: "No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas, a ser constatada por meio de diligência: I – oferta de proposta com valores iguais ou inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração". Diante disso, informamos que, caso venha a ocorrer de um ou mais itens apresentarem valor abaixo desse percentual, a **comprovação se dará mediante apresentação de planilha de composição de custos, e conforme consta no Decreto em epígrafe.**



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO Nº

MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP

(Processo Administrativo nº 2.542/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE
SI O MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E

O **Município de Pedreira/SP** por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no Diário Oficial do Município de ... de ... de 20..., portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Licitatório nº 10/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 08/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **prestação de serviços de locação, execução, instalação, operação, montagens, desmontagens e manutenção de estrutura de palcos, camarins em octanorm, iluminação, sonorização, tendas, gradis, banheiros químicos, painel em LED, plataforma elevatória tipo tesoura e grupo motogerador para a realização do evento “A Paixão de Cristo 2026”, em atendimento às ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico e 10 - Redução das Desigualdades - Plano Municipal de Cultura e também ao Plano Municipal de Cultura**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e seu apêndice.

1.1. Objeto da contratação:

LOTE(S)	QTDE(S)	UNID(S)	DESCRIÇÕES	VALOR UNITÁRIO DO(S) LOTE(S)	VALOR TOTAL DO(S) LOTE(S)
01	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PALCOS (TABLADOS).	R\$	R\$



LOTE(S)	QTDE(S)	UNID(S)	DESCRIÇÕES	VALOR UNITÁRIO DO(S) LOTE(S)	VALOR TOTAL DO(S) LOTE(S)
02	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE 02 (DOIS) CAMARINS EM OCTANORM.	R\$	R\$
03	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ILUMINAÇÃO.	R\$	R\$
04	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE SONORIZAÇÃO.	R\$	R\$
05	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TENDAS DE APOIO.	R\$	R\$
06	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE GRADIL.	R\$	R\$
07	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE 04 (QUATRO) BANHEIROS QUÍMICOS , SENDO 02 MASCULINOS, 02 FEMININOS.	R\$	R\$
08	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TELÃO EM LED.	R\$	R\$
09	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA TIPO TESOURA.	R\$	R\$
10	01	UND	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE GRUPO MOTOGERADOR.	R\$	R\$
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:				R\$	

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;



1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA, PRAZO, LOCAL, HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

2.1. A forma, prazo, local, horários e condições de entrega do objeto e demais informações necessárias, será conforme descrito no item 3. do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

2.2. O prazo de execução do objeto deste instrumento poderá ser prorrogado, mediante celebração de Termo Aditivo, através de justificativa prévia e por escrito nos autos do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor global da contratação é de R\$ (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SEXTA – MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

6.1. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Os serviços executados serão objeto de medição única, de acordo com os seguintes procedimentos:

PARAGRAFO PRIMEIRO

Após a execução dos serviços constantes no **Termo de Referência** a CONTRATADA entregará os relatórios com os serviços e análises realizados e os respectivos valores apurados.

PARAGRAFO SEGUNDO

O CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

PARAGRAFO TERCEIRO

Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

a) O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, aplicando-se eventual



desconto em função da pontuação obtida no Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços, se for o caso;

b) A realização dos descontos indicados na alínea "a" não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA em virtude da inexecução dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO

Após a conferência do(s) lote(s) que compõem o objeto juntamente com os serviços e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará as medições acima descritas, no prazo de **03 (três) dias úteis** contados do recebimento do relatório, comunicando à CONTRATADA o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal/fatura.

6.2. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

6.2.1. Os pagamentos do objeto deste instrumento serão efetuados diretamente pelo **CONTRATANTE**, através da sua Tesouraria.

6.2.2. Os objetos deste termo de referência **serão pagos em até 30 (trinta) dias consecutivos após a liquidação da Nota Fiscal** pela Secretaria solicitante, sendo que juntamente com a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada, deverá ser apresentado "Termo de Recebimento Definitivo" ou "Recibo", onde a Nota Fiscal e o Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, deverão vir com aceite dos Fiscais/Gestores do contrato.

6.2.4. O prazo para liquidação da nota fiscal será de até **10 (dez) dias**, a contar do recebimento e aceite da nota fiscal pela Administração.

6.2.5. Nos termos do **art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014**, será exigido da contratada, para realizar o pagamento, a comprovação da regularidade fiscal.

6.2.6. **A prestação de serviço do objeto do presente contrato ficará sujeita à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil ou superveniente que altera a Instrução Normativa nº 1.234/2012), para a matéria.**

6.2.7. **As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes do fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.**

6.2.8. **Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante, Prefeitura Municipal de Pedreira/SP, será entregue ao contratado em até 60 (sessenta) após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.**

6.2.9. O(s) pagamento(s) será(ão) feito(s) através de transferência bancária, sendo vedado(s) a(s) emissão(ões) de boleto(s) bancário(s), cujos dados bancários da contratada deverão constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) emitida(s).

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento, estimado em **27/02/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Além do que consta no Termo de Referência e seu apêndice, são obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de **01 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **01 (um) mês**.



8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Além do que consta no Termo de Referência e seu apêndice, o Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.16. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.17. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.19. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.20. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.21. Assegurar aos seus trabalhadores, ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.22. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.24. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



9.26. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.27. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data,



horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa**:
 - (1) Moratória de **0,5% a 15%** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **05 (cinco) dias úteis**;



i. O atraso superior a **05 (cinco) dias úteis** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de **15% a 30%** do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de **15% a 30%** do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de **15% a 30%** do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de **10% a 20%** do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de **10% a 20%** do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de



administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12.12. Ademais, deverão ser observadas, também, as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no **Decreto Municipal nº 4.240 de 24 de junho de 2025, Anexo V** deste edital.

12.13. As sanções de que trata o subitem anterior serão aplicadas garantindo-se o exercício de prévia e ampla defesa, e serão registradas no SICAF, na Relação de Apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2024, e no sítio <https://www.esancoes.sp.gov.br>.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:



13.4.1. do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. das indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.6. O contratante poderá ainda:

13.6.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.6.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias, previstas no Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026:

Unidade: 021701 DEPTO DE CULTURA, ECON CRIATIVA E PROM DA IGUALDADE RACIAL

Funcional: 13.392.0017.2072.0000 Programa Festividades Culturais

Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte de Recurso: 0 0100

Código de Aplicação: 110 000



Ficha nº: 986

Nº da reserva: 174

Valor Reservado: R\$ 271.976,14

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Pedreira/SP, xx de xxxxxxxx de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.542/2026

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Município de Pedreira/SP

CONTRATADA:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGENS, DESMONTAGENS E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURA DE PALCOS, CAMARINS EM OCTANORM, ILUMINAÇÃO, SONORIZAÇÃO, TENDAS, GRADIS, BANHEIROS QUÍMICOS, PAINEL EM LED, PLATAFORMA ELEVATÓRIA TIPO TESOURA E GRUPO MOTOGERADOR PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO "A PAIXÃO DE CRISTO 2026", EM ATENDIMENTO ÀS ODS 8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO E 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES - PLANO MUNICIPAL DE CULTURA E TAMBÉM AO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:



Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(A) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

FISCAL(IS) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)



ANEXO V

DECRETO N° 4.240 DE 24 JUNHO DE 2025



Diário Oficial

ORGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PEDREIRA-SP
Criado pela Lei Municipal 3.777, de 13 de junho de 2018

ANO VII

Quarta-Feira, 25 de Junho de 2025

Edição nº 1790

PODER EXECUTIVO

GABINETE DO PREFEITO

PREFEITO: **FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO**
ENDEREÇO: PRAÇA EPITÁCIO PESSOA, 3 – PAVIMENTO SUPERIOR

DECRETO Nº 4.240 DE 24 JUNHO DE 2025

Regulamenta os Processos Sancionatórios nos Termos Previstos nos Artigos 155 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Pedreira.

FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO, Prefeito Municipal de Pedreira, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais com fundamento no inciso IX, do art. 69, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação interna do processo administrativo sancionatório previsto na Lei Federal nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – LLCA),

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos de compras e de contratação de serviços e obras de engenharia e em outros ajustes, deverá obedecer ao disposto neste decreto.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com este Município, que incidir nas infrações previstas no Art. 155 da LLCA, ficará sujeito às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

III – impedimento de licitar e contratar com este município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

§1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à municipalidade.

§2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 3º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para o Município ou para os serviços públicos municipais;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São circunstâncias agravantes da sanção:

I – a existência de registro do licitante ou contratado apenado pela Administração Pública Direta e Indireta do Município de Pedreira;

II – a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital e/ou termo de referência, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

III – a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

IV – a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

§2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

I – a falha escusável do licitante ou contratado;

II – a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

III – a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital e/ou termo de referência, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

IV – a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da respectiva conduta.

CAPÍTULO II

DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Seção I – Da Advertência

Artigo 4º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano ao Município ou aos serviços públicos municipais.

Seção II – Da Multa

Artigo 5º - A multa, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (meio por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 6º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

III - após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

§ 1º. – Os prazos referidos nos incisos I a III deste artigo considerarão dias corridos.

§ 2º - O instrumento convocatório e/ou o contrato, poderão estipular percentuais ou condições distintas para aplicação de multa de mora, hipótese na qual, prevalecerão as condições indicadas nos referidos documentos.

Artigo 7º - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

Artigo 8º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com este Município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Parágrafo único – Aplica-se o dispositivo constante no *caput* ao adjudicatário que deixar de entregar documentação necessária como condição para assinatura do contrato.

Artigo 10 – O Município poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 01 (uma) UFM (unidade fiscal municipal), mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Artigo 11 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pelo Município, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§1º - O pedido de prorrogação para a entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas neste decreto, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 12 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito deste Município será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos adiante especificados do caput do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, na seguinte conformidade:

- I – por 06 (seis) meses: inciso IV;
- II – por 08 (oito) meses: incisos V a VII;
- III – por 01 (um) ano: inciso II;
- IV – por 02 (dois) anos: inciso III.

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso pelo prazo máximo de 03 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 13 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do caput do artigo 155 da LLCA, bem como, se justificarem a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o contratado ou licitante de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 04 (quatro) anos.

§1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 03 (três) anos e o máximo de 06 (seis) anos.

§2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO III

DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

Artigo 14 – O processo sancionatório seguirá o seguinte rito:

I – Instauração: a instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do Agente de Contratação, Gestor de Contratos, Fiscal Administrativo e/ou Técnico, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento do processo licitatório ou pelo acompanhamento da execução contratual, encaminhada à Divisão de Contratos e Aditivos ou ao Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos;

II – Defesa: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios, intimará os responsáveis para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da comunicação, apresentem defesa, acompanhada de documentos e requerimento de produção de provas, se o caso;

III – Instrução: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios decidirá acerca da produção de provas, deferindo as pertinentes e indeferindo as impertinentes ou meramente protelatórias e concedendo prazo de até 15 (quinze) dias úteis para a devida instrução processual;

IV – Alegações finais: encerrada a instrução, a Divisão de Contratos e Aditivos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios, concederá prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de alegações finais;

V – Relatório: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios elaborará relatório



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

circunstanciado do feito e, após, encaminhará os autos à Secretaria de Negócios Jurídicos para parecer;

VI – Parecer: a Secretaria de Negócios Jurídicos emitirá parecer e, após, encaminhará os autos à decisão do Secretário de Administração e Recursos Humanos, ou ao Prefeito, caso o relatório final recomende a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade;

VII – Decisão: O Secretário de Administração e Recursos Humanos, ou o Prefeito, no caso de recomendação pela aplicação da sanção de declaração de inidoneidade, decidirão acerca da aplicação ou não de sanção, determinando o que for cabível e restituirão o processo à Divisão de Contratos e Aditivos ou à Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios para cumprimento;

VIII – Intimação da decisão: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios intimará os responsáveis acerca do teor da decisão;

IX – Recurso ou Pedido de Reconsideração: poderá ser interposto recurso ou pedido de reconsideração, intentado junto a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios e endereçado à Autoridade que proferiu a decisão, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento da comunicação;

X – Decisão de Recurso: recebido o recurso, o Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos se não reconsiderar a decisão recorrida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

XI – Decisão do Pedido de Reconsideração: recebido o pedido de reconsideração, o Prefeito deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

§1º - O Prefeito poderá requerer parecer da assessoria jurídica antes da emissão de decisão final e irreversível.

§ 2º. O ato de instauração formal do processo sancionatório deverá conter relato dos fatos, a descrição das possíveis infrações e os documentos pertinentes;

§ 3º - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 15 - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, indicados pelo Secretário de Administração e Recursos Humanos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante para, querendo, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, adotando o rito procedimental estabelecido no artigo 14.

Artigo 16 - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada para oportuna decisão conjunta.

Parágrafo único: O processo administrativo visando à rescisão contratual poderá ocorrer em apartado do processo administrativo sancionatório quando for do interesse público, situação na qual o referido processo não



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

estará submetido a este decreto, contudo, deverá ser observado o direito a ampla defesa e contraditório da forma estabelecida Lei Federal nº 14.133/2021.

Artigo 17 - A imposição das sanções previstas no presente decreto não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado a este Município.

Artigo 18 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

Artigo 19 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio do Diário Oficial Eletrônico Município de Pedreira, por 03 (três) vezes consecutivas.

§2º - Nos processos eletrônicos instaurados neste Município, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema 1DOC ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 20 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para inscrição do débito na Dívida Ativa do Município para cobrança judicial.

Artigo 21 - A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no §4º do artigo 158 da LLCA.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 22 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 23 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 24 - Independentemente da instauração de processo sancionatório, o Secretário Municipal de Administração e Recursos e Humanos e/ou a Divisão de Contratos e Aditivos poderão determinar, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, a suspensão preventiva e imediata do contrato, quando a medida se revelar de interesse público, uma vez avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

Artigo 25 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 26 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas na Relação de Apenados, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como em cadastro municipal de apenados e, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 27 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 28 – O presente decreto deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo aos instrumentos convocatórios de licitação, aos contratos e aos instrumentos equivalentes.

Artigo 29 – Nos processos de contratações que não resultarem na elaboração de instrumento contratual, os valores constantes nas notas de empenhos ou documentos



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

equivalentes, serão levados em consideração para majoração das penalidades de multas constantes neste Decreto.

Artigo 30 - Os casos omissos serão solucionados pelo Prefeito, ouvida a Secretaria de Negócios Jurídicos, quando for o caso.

Artigo 31 – As disposições deste decreto se aplicam, no que couberem, aos entes da Administração Indireta do Município de Pedreira, que poderão adotar regulamentação complementar para a aplicação das regras com as devidas adequações atinentes às competências dos seus agentes públicos e dos setores nela existentes.

Artigo 32 – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente o Decreto Municipal nº 4.194/2025.

Pedreira, 24 de junho de 2025.

FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO

Prefeito Municipal

MARCELO RODRIGUES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Negócios Jurídicos